

A escola em tempos de festa:
poder, cultura e práticas
educativas no
Estado Novo (1937-1945)

Aline Choucair Vaz

A escola em tempos de festa:
poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo
(1937-1945)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Professora Dra. Thais Nívia de Lima e Fonseca

Belo Horizonte

Faculdade de Educação da UFMG

2006

***“É preciso plasmar na cera virgem, que
é a alma da criança, a alma da própria Pátria”***

(Getúlio Vargas)

Capa: “Getúlio Vargas – o amigo das crianças”

AGRADECIMENTOS

Muitos são os agradecimentos a serem feitos. Estas páginas não contemplariam toda a minha gratidão aos que contribuíram, direta ou indiretamente, para que esse trabalho se tornasse uma realidade.

Gostaria de agradecer a Thais Nívia de Lima e Fonseca, por ela ter sido fundamental para a minha trajetória acadêmica, sobretudo neste trabalho, em que suas orientações e participações seguras e esclarecedoras ajudaram-me nos momentos de maior inquietação na pesquisa histórica. Minha gratidão por ter aceitado caminhar comigo pelos caminhos da História.

À professora Cynthia Greive Veiga, pelas sugestões no parecer do meu projeto, que me auxiliaram no desenrolar do trabalho. Aos colegas Adalson, Fabiana, Antônia, Kátia, Eliezer, Paola, Sílvia e tantos outros pelas reflexões que me proporcionaram durante a pesquisa, além do carinhoso acolhimento. As trocas de idéias com a amiga Fabiana e Adalson foram fundamentais para a minha caminhada na pesquisa.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais/FAE (Gephe), que foi extremamente relevante na trajetória feita ao proporcionar momentos de trocas entre pesquisadores, com seminários, palestras, viagens. O Grupo contribuiu decisivamente para a minha formação como pesquisadora e, assim, diretamente na elaboração deste trabalho. Minha gratidão ao professor Luciano Mendes de Faria Filho.

Aos amigos do Gephe, Leonardo, Marileide, Sandrinha, André, Adair, Mônica e tantos outros, obrigada pelo convívio salutar. Aos amigos do coração também, essenciais para a minha vida, que me ajudaram com estímulo, sempre: Márcia, para a qual minhas dívidas de gratidão são impagáveis. Patrícia, Adriana, Miriam, Margareth, Tânia, Liliane, Herivelto, Renato, Cláudio, Júnior, Fabrini, Neiry, Ricardo e tantos outros. Aos amigos do Inede e da Feig, meu caloroso abraço pelo apoio.

Não poderia esquecer daqueles que contribuíram para que essa pesquisa se consolidasse para chegar até as fontes: meu irmão, Farid, pelas ajudas “tecnológicas” no uso do computador e da máquina fotográfica; os inesquecíveis amigos da Hemeroteca da Biblioteca Pública de Minas Gerais,

pela convivência, prestabilidade e atenção. Jairo, amigo que já conheço há tantos anos, pelas andanças na pesquisa histórica. Meu agradecimento aos colegas e funcionários das demais instituições pesquisadas. À Secretaria de Pós-Graduação da FAE fica a minha gratidão, especialmente para a Rose.

À minha família, sobretudo minha mãe e minhas irmãs, Luciana e Audrey e meus sobrinhos, Fernanda e Tiago.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes -, o agradecimento pelo apoio institucional, por meio de concessão de bolsa de mestrado, ajudando-me sobremaneira nos recursos financeiros.

Gostaria, acima de tudo, de agradecer ao Pai Criador e a meus amigos de outrora, que já se foram, mas que estão vivos em meu coração, por serem inspiração na minha vida, em todos os momentos, sobretudo nos de desafio da minha caminhada profissional e pessoal.

SUMÁRIO

LISTA DE INSTITUIÇÕES E ACERVOS PESQUISADOS

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO

10

CAPÍTULO I – EDUCAR MENTES E CORAÇÕES: O SONHO DO MODERNO E DO CONSERVADOR

24

1. Materiais didáticos, propaganda política e intolerância

35

2. Festas cívicas e a escola

43

CAPÍTULO II – EDUCAR A PÁTRIA PARA O TRABALHO

55

1. Estado Novo, trabalho e festa

55

2. Escola e Festa do Trabalho

65

CAPÍTULO III – EDUCAR POR MEIO DA HISTÓRIA: A EDUCAÇÃO EM AÇÃO NA SEMANA DA PÁTRIA

82

1. História, educação moral e cívica e escola

82

2. A Semana da Pátria na escola

90

CONSIDERAÇÕES FINAIS

109

ANEXOS

113

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

123

LISTA DE INSTITUIÇÕES E ACERVOS PESQUISADOS

- Centro de Memória da Justiça do Trabalho de Minas Gerais
- Dissertações, teses e materiais de congressos disponíveis no Gephe – Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação da FAE/UFMG
- Biblioteca da Faculdade de Educação da UFMG
- Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG
- Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
- Biblioteca do Centro de Referência do Professor de Minas Gerais
- Centro de Documentação e Memória do CEALE - Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da UFMG
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC / Fundação Getúlio Vargas (arquivo virtual)
- Laboratório e Arquivo de Memória Histórica do Unicentro Newton Paiva (LAMH)
- Hemeroteca da Biblioteca Pública de Minas Gerais
- Museu da Escola de Minas Gerais
- Portal da Câmara dos Deputados (leis de 1930 a 1946) – arquivo virtual
- Site do Clube Desportivo Cruzeiro (história do clube)

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar o papel da educação junto às festividades cívicas do Dia do Trabalho e da Semana da Pátria, em Minas Gerais, no período do Estado Novo (1937-1945). A pesquisa procurou salientar a importância da escola e de sua exteriorização, por meio das comemorações cívicas, no ensino primário, para um projeto de formação da Nação. O sentido da escola, como formadora de crianças e jovens, ultrapassa o seu próprio espaço e serve de instrumento para a educação das massas, na sociedade em geral.

O estudo demonstra também como fontes extra-escolares podem ser canais úteis de inserção da escola no espaço público. A opção da escolha por Minas Gerais deveu-se às facilidades geográficas e à melhor delimitação de espaço. A escolha do ensino primário – muito embora não tenha sido objeto de reforma de ensino no período do Estado Novo – foi feita por ele ter contemplado ações efetivas de nacionalização do ensino, por meio da alfabetização da língua pátria, tornando-se palco de grande profusão das idéias-força do regime, nos materiais escolares e extra-escolares e nas celebrações cívicas.

ABSTRACT

This work has the objective of analyzing the purpose of the education next to the civic festivities of the Labor's Day and the Patriot's Week, in Minas Gerais, in the New State's period (1937-1945). The research objective was to emphasize the value and the increasing of the education, from the civic celebrations, in primary education, for a project of the nation's formation. The meaning of the education, creating children and youngsters, exceeds its own space, and serves of an instrument for the education for the society in general.

This research also demonstrates the importance of different ways to attract people to school. The choice for Minas Gerais, was made because of the geographic facilities and better territory boundaries. The choice of primary education - even not being subject of the reform of education in the New State's period - was made by having contemplated effective actions of nationalization of the education, by means of the literacy of the native language, turning into a stage of the high source of the ideas of the strength of the system, in the school and extra-school stuff and also the civic celebrations.

INTRODUÇÃO

O Estado Novo (1937-1945) marcou balizas substanciais na educação, política e cultura brasileiras, por se tratar de um período que centralizou normas e práticas e construiu tradições em torno de um ideário nacionalista, para a formação do homem civilizado rumo ao trabalho pela pátria.

Com a institucionalização do aparelho burocrático do Estado, na criação dos Ministérios e leis a eles relacionados, culminando no ano de 1937 no regime autoritário, estabeleceu-se o objetivo de salvaguardar e garantir que as metas traçadas pelo regime fossem cumpridas pelas diversas instituições, fazendo da educação uma área privilegiada na difusão de idéias-força do Estado autoritário.

As festas cívicas, nas décadas de 1930 e 1940, com a participação intensiva de trabalhadores, sindicatos, escolas, jovens e crianças e a população em geral, lotavam os estádios de futebol, as praças e as escolas e contavam com uma programação rica em discursos, apresentações artísticas e esportivas, declamações, desfiles laudatórios e outros. Com ênfase especial nas escolas, essas festas invadiram o cenário escolar, estando presentes tanto nos espaços físicos das escolas (pátios, salas de aulas), quanto no material didático (cartilhas, manuais, cartazes, etc), interferindo no cotidiano escolar.

A pesquisa que resultou nessa dissertação iniciou-se quando produzi minha monografia de Iniciação Científica¹ e foi motivada pela constatação do número acentuado de festas que eram promovidas pelo Estado Novo. A

¹ Ver: VAZ, Aline Choucair. Festas cívicas no Estado Novo: rituais de poder no imaginário mineiro (1937-1945). SOARES, Astréia (org.). *Iniciação Científica Newton Paiva 2000/2001*. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 2002. p. 151-171.

pesquisa demonstrou a estreita relação das festas cívicas com o mundo escolar, fato evidenciado no movimento de exteriorização da escola, com as crianças e jovens, assim como os professores, saindo dos espaços dos ginásios e grupos escolares para as paradas e solenidades políticas. Na época, fiz uma breve relação com a educação, pois estava mais preocupada com as questões de natureza política e cultural. Procurando ampliar a análise é que me propus, no mestrado, voltar-me para o estudo da relação entre a escola, basicamente a do ensino primário e as festas cívicas. Com isso acredito contribuir para o campo da História da Educação em Minas Gerais. Anteriormente, na especialização *latu sensu* em História da Cultura e da Arte², já tinha realizado uma pesquisa mais intensa junto aos manuais didáticos do período, atendo-me mais especificamente ao *Álbum da Juventude do Estado Novo*. Esse manual, produzido pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), contém imagens e discursos do presidente Vargas e foi largamente difundido na escola com o intuito de disseminar as idéias-força do regime, na educação escolar, formando infância e juventude trabalhadoras e patrióticas.

Entender a relação entre a educação e as festas cívicas é fundamental para compreendê-la no contexto do progresso e da renovação de mentes, pretendida pelo Estado Novo. Na diversidade de festividades, aquelas que mais se destacaram foram as festas da Semana da Pátria e do Dia do Trabalho, cada qual trazendo suas formas peculiares de envolvimento das massas, de reafirmação de significados e lemas para o futuro, nos quais se enquadravam: desenvolvimento, trabalho e amor à pátria.

² Curso de Especialização em História da Cultura e da Arte. Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, 2003.

O objetivo dessa pesquisa é, portanto, perceber como as Festas do Dia do Trabalho e da Semana da Pátria legitimaram as idéias referentes ao trabalho e à fé patriótica na infância³, sendo a escola uma instância útil e eficaz para a educação da nação, por meio de sua exteriorização, ou seja, da participação pública das escolas nessas festividades. Optei pelo uso de dois referenciais conceituais que julgo apropriados para a análise proposta, que são as noções de imaginário e das representações políticas.

Baczko⁴ situa os imaginários no terreno da História a partir dos conceitos de ideologia, mito e utopia, incluindo as linguagens da religião, da arquitetura, da filosofia, da política e como elas se relacionam. Para ele, o imaginário social constitui um sistema de símbolos da sociedade, que traduzem seus valores conscientes e inconscientes, num jogo de representações que se entrecruzam ou se tornam concorrentes. Segundo Baczko, “as épocas de crise de um poder são também aquelas em que se intensifica a produção de imaginários sociais concorrentes e antagonistas, e em que as representações de uma nova legitimidade e de um futuro diferente proliferam e ganham difusão e agressividade”⁵. Os discursos e os jogos de representações num momento de autoritarismo político são acirrados por um clima de tentativa de imposição de idéias e valores, e ganham força despertando imaginários concorrentes, movimentos de idéias, símbolos e discursos que travam um duelo de forças simbólicas em busca de espaço e de poder.

³ Maiores detalhes sobre os conceitos de infância em: GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A escolarização da “meninice” nas Minas oitocentistas: a individualização do aluno. In: VEIGA, Cynthia Greive & FONSECA, Thais Nívia de Lima e (orgs). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

⁴ BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. vol. 5, 1985.

⁵ Idem, p. 310.

Com a Revolução de 1930, a organização do poder dominante na Primeira República havia sido destituída, abrindo caminho para uma outra forma de organização que se notabilizou pela utilização farta de elementos do imaginário, no intuito de mobilizar energias para conseguir espaço e legitimar-se no poder. Embates são travados, e toda a chamada “Era Vargas” é destacada por lutas simbólicas e políticas, por tentativas de padronização e uniformização da sociedade pelo Estado, com exclusão dos diferentes e grupos dissidentes. Com a instauração do Estado Novo, em 1937, como uma forma de garantir espaço no domínio do poder, via uso do autoritarismo político, imagens e discursos foram canalizados e largamente utilizados para consolidação e reafirmação de um imaginário coletivo, que se sustentava em idéias e valores já presentes no universo cultural coletivo: conservadorismo, modernidade tecnológica, patriotismo e trabalho, legitimando a cidadania do trabalho construída desde 1930. Comunistas, liberais, integralistas e demais grupos insatisfeitos com o governo foram perseguidos e silenciados com o autoritarismo político, sendo fracassadas, até 1945, as tentativas de tomadas de espaços de poder por esses grupos.

Maria Helena Rolim Capelato e Eliana Regina de Freitas Dutra, analisando os conceitos de representações políticas, abordam a construção do imaginário social e das relações simbólicas estabelecidas pela busca do poder:

Quando uma sociedade, grupos ou mesmo indivíduos de uma sociedade se vêm ligados numa rede comum de significações, em que símbolos (significantes) e significados (representações) são criados, reconhecidos e apreendidos dentro de circuitos de sentido; são utilizados coletivamente como dispositivos orientadores/transformadores de práticas, valores e normas; e são capazes de mobilizar socialmente afetos, emoções e desejos, é possível falar-se da existência de um imaginário social. Ele se traduz como um sistema de idéias, de signos, e de associações indissolavelmente ligado aos modos de comportamento e de

comunicação. E a análise dos imaginários sociais ganha novos possíveis quando se começa a cotejá-los com os interesses sociais, com as estratégias de grupo, a autoridade do discurso, a sua eficácia em termos de uma dominação simbólica, enfim, com as relações entre poder e representação⁶.

Poder e representação estão associados no imaginário coletivo, em que grupos, para ganharem espaço e poder, produzem estratégias, discursos e idéias que têm ressonância no universo cultural e grande força de persuasão e convencimento.

Os estudos envolvendo o conceito de imaginário social, concernentes à política, iniciaram-se, no Brasil, a partir de 1980, quando uma nova perspectiva de pesquisa se abre com fontes pouco exploradas pela historiografia política brasileira, mas já usadas por pesquisadores de outros países, principalmente pelos franceses. Rodrigo Patto Sá Motta⁷ afirma que a recuperação do prestígio dos estudos políticos tem sido possível devido à renovação de abordagens. Não tem havido um enfoque meramente “positivista”, marcado por uma vertente elitista e factualizada. Segundo ele:

No que se refere ao redespertar da História Política existem, basicamente, duas vertentes de pesquisa. Primeiramente, há uma linha marcada pela renovação dos enfoques sobre objetos tradicionais da política, como organizações estatais, instituições e movimentos políticos. Nesta dimensão os historiadores têm se valido principalmente da contribuição da ciência política e da sociologia política (...) A outra vertente baseia-se não apenas na utilização de enfoques novos, mas também na exploração de novos objetos, desconhecidos pelas análises políticas clássicas. (...) Os novos objetos de pesquisa em questão se concentram em torno dos conceitos de imaginário, simbologia e cultura. A ênfase proposta é trabalhar a política não no nível da consciência e da ação informada por projetos e interesses claros e racionais, mas no

⁶ CAPELATO, Maria Helena R. & DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: (orgs.) CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir. *Representações*. Contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas/SP: Papyrus, 2000. p. 229.

⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. In: *LPH: Revista de História*, n. 6, 1996.

nível do inconsciente, das representações, do comportamento e dos valores.⁸

O Estado Novo é, atualmente, um dos momentos mais revisitados pela historiografia política brasileira. Uma profusão de trabalhos enfoca o período, que marcou balizas substanciais na constituição política e cultural do País. Até 1970, o Estado Novo foi estudado como parte integrante do período chamado populista.⁹ A maior parte dos estudos nessa perspectiva foi produzida por sociólogos e cientistas políticos. A partir de 1980, procurou-se delimitar as próprias diferenciações do período Vargas e apontar melhor suas especificidades, como os trabalhos de Edgar Carone e Thomas Skidmore,¹⁰ numa perspectiva mais factual, e Simon Schwartzman, numa abordagem inovadora, ao pensar a política associada à cultura¹¹.

O livro *Estado Novo: ideologia e poder*,¹² publicado em 1982, foi um marco na nova perspectiva sobre o tema, reunindo artigos de pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Os trabalhos dessa coletânea indicaram a especificidade do período e denunciaram o simplismo das comparações do Estado Novo com o fascismo europeu. Ainda neste contexto foram produzidas pesquisas sobre o trabalhismo, como o livro de Ângela de Castro Gomes, *A Invenção do*

⁸ Idem, p. 84.

⁹ São muitos autores que discorrem acerca do conceito de populismo. Dentre eles: WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; PRADO, Maria Lígia Coelho. *O populismo na América Latina (Argentina e México)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

¹⁰ CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1982. 585p; SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 9 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 1988. 512p; FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano*. vol. 8, 9, 10 e 11. São Paulo: Difel, 1975-1984.

¹¹ SCHWARTZMAN, Simon (org.) *Estado Novo, um Auto-Retrato*. Brasília: CPDOC/FGV; Editora da Universidade de Brasília, 1983. 620p.

¹² OLIVEIRA, Lúcia Lippi et al. *Estado Novo. Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

*Trabalhismo*¹³, analisando a adesão dos trabalhadores à política varguista a partir da existência de uma “dupla lógica”. De acordo com Gomes: “se essa adesão, por um lado, pode ser explicada pela lógica material – os interesses nos benefícios trazidos pelo direito trabalhista –, por outro pode ser entendida segundo uma lógica simbólica de formação e mobilização de identidade.”¹⁴ Neste sentido, a autora inova no que concerne aos trabalhos produzidos até aquele momento (que colocavam o Estado como monopolizador e a massa trabalhadora como comandada), trabalhando com a lógica simbólica e com a mobilização de identidades, com respaldo nas relações culturais e no discurso.

Outras pesquisas também se destacaram sobre o trabalhismo, como *Trabalhadores do Brasil. O imaginário Popular*¹⁵, de Jorge Ferreira, um estudo sobre a relação dos trabalhadores com o Estado Novo, vendo-os como sujeitos políticos, com relativa autonomia para fazer escolhas. Essas pesquisas contrapunham-se às análises baseadas na idéia da pura manipulação das massas, dando voz aos sujeitos da História, indicando consonâncias e conflitos entre os trabalhadores e o Estado e estabelecendo com profundidade a adesão de muitos que viam nas ações do Estado uma oportunidade de construção de uma identidade própria, com relativa participação dos setores da sociedade civil.

O trabalho considerado marco nas análises na perspectiva das representações sociais foi o de Alcir Lenharo, no qual se buscou refletir acerca do discurso político e suas matrizes culturais, sobretudo a religiosa¹⁶. O autor,

¹³ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988.

¹⁴ Idem, p. 185.

¹⁵ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular 1930-45*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

¹⁶ LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papyrus; Ed. Unicamp, 1986. Outras pesquisas importantes que trabalham numa vertente político-cultural: GOMES, Ângela de

por meio de textos literários e políticos, identificou a construção de um imaginário voltado para o controle social, com a transposição de imagens religiosas para o discurso do poder político. O discurso religioso daria uma legitimidade ao campo das idéias políticas, num apelo a imagens e emoções caras à cultura religiosa brasileira. As metáforas do corpo da pátria, do corpo teológico do poder, do líder espiritual estavam presentes numa sociedade política sacralizada, em que as raízes religiosas fundamentavam o discurso político e a construção de representações no imaginário social.

Também Eliana Regina de Freitas Dutra¹⁷, nesta mesma perspectiva, analisou, do ponto de vista do imaginário, os embates entre comunistas e anticomunistas e seus respectivos projetos para o País, destacando as polaridades que alicerçavam os discursos – anticomunismo, revolução, trabalho, pátria e moral. Os enfrentamentos e lutas no campo simbólico produziam mudanças na sociedade. O bem e o mal, substanciando as lutas e discursos antagônicos, configuravam uma sociedade envolvida pelo sagrado e pelo religioso, na constituição de seu imaginário político.

Outro trabalho também muito representativo sobre o Estado Novo e que caminha na vertente da análise do imaginário social e das representações políticas é o estudo comparado que Maria Helena Rolim Capelato¹⁸ fez com o governo peronista. No livro, a autora propôs temas de reflexão sobre a propaganda política e sua importância no imaginário social. Abordando dois contextos nacionais (Argentina e Brasil), por meio de imagens e de discursos, a

Castro. *História e Historiadores*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999; GOMES, Ângela de Castro (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

¹⁷ Ver: DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário*. Imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. UFMG, 1997.

¹⁸ CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena*. Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas/SP: Papirus, 1998.

autora aprofundou a compreensão do caráter autoritário das propagandas veiculadas através dos meios de comunicação, da educação e da produção cultural nos dois países, inspirados nas experiências européias do nazismo e do fascismo. A pesquisa apontou como a forma e as mensagens propagandísticas foram reproduzidas com sentidos novos, adaptados às conjunturas históricas de cada país.

Quanto às pesquisas no campo da História da Educação, alguns trabalhos produzidos até a década de 1980 trataram do período, mas deram ênfase a um contexto de longa duração, não aprofundando no Estado Novo, e sim focando as leis educacionais e a política em períodos mais extensos, como *História da Educação no Brasil*, de Otaíza Romanelli¹⁹. Trabalhos afinados com essa forma de abordagem preocupam-se com uma relação determinista entre o Estado e a educação, destinada a criar condições para a difusão e a manipulação de ideologias pelas classes dominantes. Nessa perspectiva, a expansão do ensino e suas leis são vinculadas ao contexto sócio-político, como teria ocorrido durante o Estado Novo.

Os trabalhos em História da Educação, voltados para análises mais específicas sobre o Estado Novo, começam a se destacar a partir da década de 1980, quando foi publicado *Educação Brasileira no Estado Novo*, de Marinete dos Santos Silva²⁰. Abordando brevemente a educação brasileira na Primeira República, enfocou o Estado Novo, analisando a Reforma Gustavo Capanema (1942) e as repercussões da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial na esfera da educação. A própria autora reconhece a limitação de

¹⁹ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980. 267 p.

²⁰ SILVA, Marinete dos Santos Silva. *A Educação Brasileira no Estado Novo (1937/1945)*. São Paulo: Editorial Livramento, 1980. 61 p.

dados do trabalho, considerando que a temática era ainda muito pouco estudada, naquele momento, em relação à educação. Esse estudo segue a linha predominante nas pesquisas sobre educação da época, em que a escola era analisada como um aparelho ideológico do Estado, e que apenas se pode compreendê-la levando-se em conta as estruturas econômicas, sócio-políticas e ideológicas de uma formação histórica determinada. A escola cumpriria, assim, o papel de reprodutora das relações de produção que, segundo a autora “não somente prepara os indivíduos para ocupar determinada função na divisão social e técnica do trabalho, mas também, incute nesses mesmos indivíduos a sujeição à ideologia dominante ou ainda a capacidade de manejar muito bem tal ideologia”²¹.

A relação entre a educação e o autoritarismo no Estado Novo foi analisada por Célio da Cunha²², enfocando o conservadorismo e a política autoritária presentes na Educação. O autor faz um estudo político baseado nas reformas educacionais, no pensamento escolanovista e no envolvimento dos ideólogos e educadores do Estado. Entretanto, ele salientou a importância do período na educação graças às reformas educacionais empreendidas, já que muitos de seus elementos continuaram em vigor após o fim do Estado Novo. Essas análises estão muito próximas do que se estava produzindo pela História política tradicional no início dos anos 80, inovando apenas por focar o período, porém ainda apresentando o Estado como tutor de todas as ações, de forma impositiva, utilizando-se prioritariamente as fontes de legislação.

No que diz respeito à educação em Minas Gerais, durante o Estado Novo, é importante destacar o trabalho de Ana Maria Casasanta Peixoto, *Educação e*

²¹ Idem, p. 16.

²² CUNHA, Célio da. *Educação e Autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Autores Associados; Cortez Editora, 1981. 176p.

*Estado Novo em Minas Gerais*²³, no qual se pretendeu desvendar as razões pelas quais o governo mineiro abandonou a política liberal que caracterizou o governo Antônio Carlos e adotou uma política que restringiu a oferta das vagas no ensino público, nos anos que se seguiram à Revolução de 30. O livro *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*, de José Silvério Baía Horta,²⁴ também é referência fundamental no que concerne aos projetos educacionais e ao autoritarismo político do período, ressaltando o papel do ensino moral e cívico, da igreja e dos militares na educação.

Mesmo não se inscrevendo no campo da História da Educação, *Tempos de Capanema*, de Simon Schwartzman,²⁵ tem muita importância para essa área, tanto quanto para a História política, pois analisa o período de atuação do ministro Gustavo Capanema no Ministério da Educação e os projetos político-educacionais em debate na época. Valendo-se do arquivo²⁶ de Gustavo Capanema, os autores pretenderam, para além da figura do ministro da Educação, abrir uma janela para o ambiente educacional e político da época.

Em um trabalho já referencial, Luiz Reznik²⁷ pesquisou a presença de elementos doutrinários do período Vargas nos materiais didáticos, nos discursos políticos e educacionais e nas reformas de ensino. O autor apontou os manuais didáticos como elementos privilegiados como conexões entre

²³ PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. *Educação e Estado Novo em Minas Gerais*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

²⁴ HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

²⁵ SCHWARTZAMN, Simon & BOMENY, Helena Maria Bousquet & COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; FGV, 2000.

²⁶ Esse arquivo encontra-se no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

²⁷ Ver: REZNIK, Luis. *Tecendo o amanhã*. A história do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos – 1931 a 1945. Rio de Janeiro: UFF, 1992. (Dissertação de Mestrado). Outro trabalho importante sobre o ensino de História: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma História do saber escolar*. USP: São Paulo, 1993. (Tese de Doutorado).

programas de ensino e a prática da sala de aula, entre o Estado e a sociedade. Sua análise do ensino de História do Brasil mostrou-a como uma disciplina fundamental para as discussões sobre a construção da nacionalidade, difusão do patriotismo e de projetos para o País.

Ainda privilegiando o ensino de História, Thais Nívia de Lima e Fonseca²⁸ destacou, nos materiais didáticos dessa disciplina, no período considerado, a presença da obra doutrinária do Estado Novo e sua difusão para além do espaço escolar. A autora utilizou fontes como trabalhos de alunos de escolas primárias, publicados nos jornais de maior circulação da época, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

Os projetos para a educação e as práticas a eles relacionadas eram difundidos também em outros espaços de sociabilidade, além daqueles propriamente escolares - nas festividades cívicas, por exemplo. A educação para a pátria e a educação da pátria, tendo a escola como artífice modelar, foram as estratégias utilizadas pelo Estado Novo. Neste sentido, a escola exerce um papel educativo, que transcende o espaço escolar para servir de estratégia formativa da Nação.

As pesquisas em História da Educação sobre o período, na perspectiva da análise político-cultural, vêm descortinando aspectos até então obscuros e construindo novas problematizações. Assim, a idéia do Estado Novo como um momento de pouco interesse para a educação em virtude da ditadura política vem sendo revista por novos estudos, que têm se destacado na

²⁸ FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.21. Ver também FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *Da Infância ao Altar da Pátria*. Memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. (Tese de Doutorado).

problematização de novos objetos e lançado novos olhares no âmbito da educação escolar.

Nos Congressos de História da Educação, as pesquisas apontam uma incidência grande de estudos do final da década de 20 e início dos anos 30 e dos anos 40 no Brasil, utilizando-se muitas vezes das ferramentas de análise da História Cultural. Estudos comparados sobre História da Educação também têm aumentado, principalmente em relação ao Brasil e a Portugal por ocasião dos congressos luso-brasileiros de História da Educação. No entanto, ainda na maioria dos estudos a educação é considerada um veículo de reprodução ideológica das ditaduras e de difusão de poder do Estado. A inspiração em modelos autoritários vigentes na época e a circulação destas idéias fundamentam as análises comparativas, embora essa circulação ainda necessite de fundamentos mais objetivos da análise comparativa²⁹.

Em relação aos estudos referentes às festas cívicas do período, estes são encontrados com profusão no campo da História Política, não havendo muitas referências de pesquisa que associem estas festas ao mundo da escola. Neste sentido, pretendo aprofundar a análise da exteriorização da escola primária, por meio das festas cívicas do Dia do Trabalho e da Semana da Pátria, e quais as idéias que perpassavam a relação entre escola e festas. A participação do ensino primário pode ser vislumbrada por meio da análise dos livros de leitura, dos manuais escolares e de outros instrumentos didáticos destinados às

²⁹ Estudo recente que faz uma análise comparativa na ênfase da relação político-cultural, durante os regimes autoritários das décadas de 30 e 40: FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *Representações e imaginário na pesquisa sobre o ensino de História: perspectivas para um estudo comparado*. Belo Horizonte: VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Ensino de História: UFMG, 2006. (fonte impressa disponibilizada pela autora, apresentada no referido evento). Uma referência sobre trabalhos que envolvem a educação cívica no Estado Novo português: RODRIGUES, Arlindo Gonçalves. *Educação cívica e instrução pública: do "ultimatum" aos primórdios do Estado Novo*. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, 1998.

crianças e produzidos segundo os ditames do regime. O movimento de exteriorização da escola, tendo as festas cívicas como principais mediadoras, é também perceptível por meio dos órgãos de comunicação, principalmente os jornais.

No primeiro capítulo da dissertação, desenvolvi uma discussão sobre a política educacional do Estado Novo, analisando sua legislação e demais fontes referentes à educação, que discutem as reformas de ensino da época. Também analiso a relação entre a escola e as festas cívicas, de uma forma mais geral, analisando sua importância como instrumento de propaganda política.

No segundo capítulo, analiso as idéias difundidas no ensino primário sobre o trabalho e reforçadas pela Festa do Dia do Trabalho. Essa comemoração trazia o simbolismo da política varguista e do projeto político do País, interferindo diretamente no cotidiano escolar.

No terceiro capítulo, é analisada a Festa da Semana da Pátria, como condutora do significado do patriotismo e como carro-chefe de “desfile” da escola para o País, enfocando suas especificidades em Minas Gerais, e como ela englobava as comemorações dos dias da Raça, da Escola e da Independência do Brasil.

CAPÍTULO I

EDUCAR MENTES E CORAÇÕES:

O SONHO DO MODERNO E DO CONSERVADOR

(...) O que dava à educação naqueles tempos a relevância política que ela já não mantém era a crença, por quase todos compartilhada, em seu poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação (...)³⁰.

A década de 1920 no Brasil caracterizou-se como um dos períodos mais intensos de movimentos sociais, dentre eles, aqueles que defendiam transformações na educação. Destacou-se no bojo dos debates educacionais o Movimento da Escola Nova, que retomou algumas discussões já realizadas no fim do século XIX, colocando-as como inovações: a centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do conhecimento do aluno³¹.

O discurso escolanovista produziu enunciados que desqualificavam a educação da época, considerada tradicional em seus métodos. No entanto, estudos mais recentes da historiografia da educação já vêm demonstrando como, por meio do discurso do “novo”, apregoado pelos educadores da Escola

³⁰ SCHWARTZMAN, Simon et. al. *Tempos de Capanema*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

³¹ Ver: VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.497-517.

Nova, essas apropriações do modelo escolar negado eram realizadas, ressignificando materiais e métodos³².

Alguns nomes marcaram o movimento escolanovista de forma importante: Anísio Teixeira³³, Lourenço Filho³⁴ e Fernando de Azevedo³⁵. Embora envolvidos em essência no mesmo movimento, representavam vertentes diferenciadas de pensamento, como Anísio Teixeira, que sofreu uma forte oposição da Igreja por suas concepções laicas e saiu das atividades educacionais em 1935, não tendo presença no cenário educacional durante o período estadonovista. Diferentemente, Lourenço Filho, no início do Estado Novo, tornou-se reitor da Universidade do Rio de Janeiro e apoiou

³² Idem.

³³ Diretor-geral de instrução do governo da Bahia entre 1924 e 1928. Em 1931 trabalhou junto ao recém-criado Ministério da Educação e Saúde, dedicando-se à tarefa de reorganização do ensino secundário. Por essa época, assumiu a presidência da Associação Brasileira de Educação (ABE) e foi, junto com Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e outros, um dos mais destacados signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, documento que defendia uma escola pública gratuita, laica e obrigatória. Em contrapartida, sofreu forte oposição da Igreja Católica, cujo projeto educacional era calcado em pressupostos diferentes dos seus. Durante o Estado Novo, Anísio Teixeira dedicou-se exclusivamente a seus negócios privados. Fonte: Arquivo CPDOC-FGV (Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil) da Fundação Getúlio Vargas.

³⁴ Entre 1922 e 1923, foi responsável pela reforma no ensino público no Ceará. Na década de 30, transferiu-se para o Rio de Janeiro exercendo funções de chefe de gabinete do ministro da Educação Francisco Campos. Em 1935 foi nomeado diretor e professor de Psicologia Educacional da Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal. Posteriormente, foi diretor geral do Ensino Público em São Paulo, membro do Conselho Nacional de Educação em 1937 e diretor geral do Departamento Nacional de Educação. Em 1938, a pedido do ministro Gustavo Capanema, organizou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos que, em 1944, lançou a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Publicou, entre outros trabalhos, Introdução ao estudo da Escola Nova e tendências da educação brasileira (1940). Fonte: Arquivo CPDOC-FGV (Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil) da Fundação Getúlio Vargas.

³⁵ Graduado pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi um dos expoentes do movimento da Escola Nova, tendo também participado intensamente do processo de formação da Universidade brasileira. Ao longo dos anos 20, dedicou-se ao magistério. Exerceu os cargos de diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal, de 1926 a 1930, e de São Paulo em 1933. Além desses cargos, exerceu atividades acadêmicas, tendo lecionado sociologia educacional no Instituto de Educação e na Faculdade de Filosofia de São Paulo entre 1938 e 1941. No ano seguinte, voltou à vida pública, respondendo pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Ainda em 1942, dirigiu o Centro Regional de Pesquisas Educacionais, também em São Paulo. Fonte: Arquivo CPDOC-FGV (Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil) da Fundação Getúlio Vargas.

publicamente a educação neste regime constitucional;³⁶ e Fernando de Azevedo, que também continuou atuando no período na área da educação³⁷.

As reformas educacionais estaduais de ensino foram uma das preocupações assinaladas da década de 1920 para dar uma organicidade à escola, ou seja, a tentativa de organização e centralização do discurso educacional junto ao cotidiano da escola. Nesse momento as idéias escolanovistas já proliferavam dando um tónus transformador nas relações escolares, e, em 1930, com a centralização do Estado e o aumento no mercado editorial de materiais didáticos, em virtude do investimento na formação de uma escola “nova” e mais coligada ao pensamento educacional considerado renovador, a escola passou por um processo de uniformização em caráter nacional. Isso também ocorreu no estímulo à modernização tecnológica, com o investimento em maior escala de materiais e aportes didáticos. Neste período foram realizadas propostas para a efetivação das políticas públicas com reformas nacionais.

Na primeira reforma da década de 1920, Sampaio Dória propôs, em São Paulo, mudanças consideradas radicais na escola primária. Muito criticado, ele foi exonerado do cargo, e a lei revogada em 1925. A partir daí, outros estados foram realizando suas reformas, como Anísio Teixeira com a Reforma de Instrução Pública na Bahia, em 1925. Em Minas Gerais, Francisco Campos, muito embora apresentasse convicções antiliberais nas questões políticas, introduziu alguns conceitos originários do Movimento da Escola Nova, estimulando os professores por meio dos Congressos de Instrução, da

³⁶ Ver: *Jornal Folha de Minas* – 12/12/1937, p. 3 – matéria sobre Lourenço Filho e sua opinião sobre o ensino e o Estado Novo.

³⁷ Ver: SCHWARTZMAN, Simon et. al. *Tempos de Capanema*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

reestruturação da Escola Normal, da criação da Escola de Aperfeiçoamento, da construção de bibliotecas e da renovação da Revista de Ensino.

Em Minas Gerais, entre os anos de 1927 e 1928, o ensino primário foi regulamentado, e os programas das escolas normais, transformados. A reformulação da escola foi a tônica da reforma, em combate ao analfabetismo. O ensino primário tornou-se o alvo fundamental, conclamando-se o professorado à consciência de que os alunos não eram meramente receptores e que a finalidade do ensino de fornecer noções inteiramente fabricadas ao espírito infantil era totalmente equivocada. Cabia aos professores fazer de seu trabalho um fim educativo, incorporando processos e métodos da vida e ampliando o campo das atividades infantis³⁸.

O Brasil nas décadas de 1920 e 1930 vive momentos marcantes de mudanças na sociedade³⁹. O momento político direcionava-se para uma ordem que legitimasse a autoridade do Estado como princípio tutor da sociedade. Na década de 1920, o liberalismo já se encontrava em crise no mundo ocidental, nascendo em algumas nações europeias regimes de cunho autoritário, exauridas e endividadas em razão dos efeitos da Primeira Guerra Mundial. Modelos de extrema direita vigentes na Alemanha nazista e no fascismo italiano confrontavam-se com o avanço comunista liderado pela URSS, alimentando ódios e dissensões.

A Revolução de 1930 no Brasil marcou a crise do sistema liberal e os propósitos e anseios de mudanças dos grupos que reivindicavam conquistas

³⁸ Ver: CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas de instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 225-251.

³⁹ Entre eles: o movimento tenentista, trazendo à tona a insatisfação do mundo urbano e da classe média; a criação do partido comunista em resposta às reivindicações trabalhistas do operariado; o movimento modernista, envolvendo as elites culturais, com a inserção de uma outra noção de identidade brasileira, com ênfase nacionalista; e a quebra da Bolsa de Nova York e a crise do café, gerando uma grave crise econômica e política.

no âmbito das relações de trabalho, educacionais, eleitorais, artísticas, etc. Após 1930, grupos como os tenentes, que apoiaram a Revolução, e socialistas e demais dissidentes do governo entraram em conflito com o novo regime, pois se chocaram com o discurso centralizador e cada vez mais autoritário do governo Vargas, não vendo ali representados os seus interesses. O discurso inovador e de realização de Vargas era contraditório com a sua permanência insistente no governo, tendo seu ápice na instauração do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937.

A Igreja Católica, que apoiou o governo Vargas, sustentou junto a educadores e intelectuais da época a discussão sobre a validade do ensino religioso nas escolas. Esse debate foi fundamental para o direcionamento do projeto de educação que se queria firmar para o País, bem como para o estabelecimento das relações de poder no campo educacional. Essa discussão norteou embates entre intelectuais, e na década de 1930 concretizou-se o triunfo do projeto católico, com a inserção do ensino religioso facultativo nas escolas, garantindo a vitória das forças políticas de Minas Gerais⁴⁰.

A Igreja, com o seu projeto educacional vencedor, confirmou sua importância nos blocos de poder, juntamente com as antigas oligarquias rurais, com a burguesia comercial e financeira e com a recém-articulada burguesia

⁴⁰ Nas eleições de maio de 1933, a Liga Eleitoral Católica (LEC) conseguiu predominância nos programas educacionais, obtendo pelo menos dois terços dos votos em todas as questões dos programas. A rearticulação da Igreja, que antes perdia espaço na Associação Brasileira de Educadores, significou um princípio de cooperação entre Igreja e Estado, que direcionou verbas do governo para escolas, hospitais e demais instituições mantidas pela Igreja. Os católicos, apoiados pelos integralistas, questionavam o materialismo do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, e um dos primeiros alvos foi Anísio Teixeira, que em 1933 foi hostilizado por elementos que participavam das discussões educacionais. Anísio Teixeira afirmava que o ensino religioso nas escolas não era uma atitude prudente, pois defendia que a sociedade não poderia estar à mercê da força de nenhuma imposição doutrinária. Os mineiros que representavam o catolicismo mais militante foram os responsáveis pela grande influência da Igreja na educação brasileira durante o governo Vargas. Ver: NUNES, Clarice. As políticas públicas de Educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas. In: BOMENY, Helena (org). *Constelação Capanema* – intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

industrial. O projeto escolanovista anunciou uma educação revolucionária e progressista, mas no seio do movimento vingaram os projetos conservadores dos intelectuais da Educação que militavam neste mesmo movimento, em conformidade com esses setores da sociedade que buscavam espaços de poder. Neste sentido é essencial analisar as lutas simbólicas construídas em torno da discussão do papel da religião na formação cultural das massas.

Para as elites conservadoras, não somente nas escolas a educação servia para promover um povo dócil e ordeiro, fiel a Deus e à pátria, sua família primeira. A pátria, entendida como mãe, fecunda essa relação mítica entre as massas e o Estado, e a educação que “molda” os cidadãos da pátria não pode prescindir de Deus. A ligação entre Igreja e Estado, embora combatida por muitos, continuou a existir estando alicerçada nas raízes culturais existentes, nas quais o papel da religião é de profunda importância. O imaginário da política, ainda nos tempos atuais, apropria-se, mesmo com formas e artifícios diferenciados, no contexto de regimes democráticos, do “sacralizado”, da idéia dos mártires e salvadores que representam o futuro promissor, bem como da “pregação” de uma conduta moral com raízes autoritárias. O conceito de educação extrapola o sentido da escolarização e se torna aquele que molda o cidadão, de forma global, rumo ao processo de modernização. Nos regimes autoritários esses recursos são utilizados em larga escala para adestramento das massas e formação das mentes, no intuito de promover uma educação condizente com os valores morais e políticos das elites detentoras do poder.

A Reforma de Ensino Francisco Campos,⁴¹ de 1931, em âmbito nacional, legitimou parte dos projetos já direcionados para a educação, do grupo que

⁴¹ Francisco Campos - Ministro da Educação e Saúde Pública do Governo Provisório.

conquistara o poder a partir de 1930 com o lema de uma educação libertadora e salvacionista. Realizada já no âmbito do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública após o movimento de 1930, a Reforma Francisco Campos consistiu em seis decretos: criação do Conselho Nacional de Educação; a organização do ensino superior no Brasil, com adoção do regime universitário; organização da Universidade do Rio de Janeiro; do ensino secundário, do ensino comercial e consolidação sobre as disposições da organização do ensino secundário.

Tanto Francisco Campos quanto mais adiante Gustavo Capanema acreditavam que o ensino secundário destinava-se à formação da elite intelectual, divergindo de Anísio Teixeira e outros intelectuais da Associação Brasileira de Educadores (ABE)⁴². Com a Reforma Francisco Campos, em 1931, os ensinos secundário e universitário são destacados, ratificando uma organização que já estava sendo demandada por outros setores. Naquele momento, a Reforma no ensino secundário surge da pressão para a normatização da escola secundária, feita por grupos como o de Anísio Teixeira, que queriam obter do governo federal a equiparação dos diplomas das escolas técnicas secundárias aos diplomas do Colégio Pedro II. Entretanto, a reforma de 1931 legitimou a permanência do padrão limitado do número de estabelecimentos públicos secundários; a interferência da União, que por meio da equiparação promovia a equalização formal do ensino público e privado; e a

⁴² Dentre os projetos de Anísio Teixeira, que divergiam explicitamente da orientação do Ministério da Educação e Saúde, estava a articulação do ensino secundário ao primário, e sendo possível ao superior, não se formando apenas as elites intelectuais, mas formando as elites em todos os ramos da vida. Cf: NUNES, Clarice. As políticas públicas de Educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas. In: BOMENY, Helena (org). *Constelação Capanema – intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

homogeneização curricular, dificultando a aderência de idéias mais renovadoras⁴³.

O projeto da Reforma de 1931 tornou-se vitorioso e teve continuidade de Francisco Campos para Gustavo Capanema. As leis orgânicas de 1942, decretadas na gestão deste último como ministro da Educação e Saúde Pública, endossavam o que já havia sido iniciado: o projeto repartido de educação, em que se criavam duas redes de escolarização: a rede primária profissional, na qual se incluíam o ensino primário⁴⁴, o ensino técnico e a formação de professores para o ensino básico, e a rede secundária superior, que preparava, segundo Capanema, as individualidades condutoras, as elites⁴⁵.

O Governo Provisório, em fins de 1930, estabeleceu condições de infraestrutura administrativa e a base de um sistema nacional que fazia parte dos pressupostos do movimento educacional renovador. No entanto, com as reformas no Ensino Secundário, com o aparecimento das universidades e seus estatutos e com a vitória do ensino religioso e das elites político-religiosas (já em 1942), a mentalidade conservadora instituída com o regime autoritário fica muito mais forte, ao fazer da educação a ação do regime com reformas parciais. Essas reformas parciais inseriam-se nas perspectivas da centralização do Estado e da educação das massas a partir dos valores instituídos, numa modernização tecnológica e para o trabalho, que pudesse contar somente com aqueles que compartilhavam dessas mesmas

⁴³ Idem.

⁴⁴ As leis orgânicas que dispõem sobre o Ensino Primário, Ensino Normal e Agrícola foram decretadas em 1946, após o Estado Novo. No entanto, elas são formatadas a partir da política de Capanema engendrada no período estadonovista, embora apresentando algumas pequenas modificações.

⁴⁵ Ver: NUNES, Clarice. As políticas públicas de Educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas. In: BOMENY, Helena (org). *Constelação Capanema* – intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

prerrogativas. As leis orgânicas de ensino consagradas no ministério Capanema estabeleceram, já a princípio, com a ajuda do pensador católico Alceu Amoroso Lima, as seguintes diretrizes:

- a) seleção do professorado e das administrações em todo o País;
- b) seleção de um conjunto de princípios fundamentais da educação no Brasil;
- c) fundação de institutos superiores na base dessa seleção e orientação;
- d) publicação de uma grande revista nacional de educação na base destes princípios, com boa colaboração, etc; e rigorosa **exclusão do ecletismo pedagógico e muito menos do bolchevismo etc;**
- e) **publicação de pequenas ou grandes doutrinas antimarxistas e de documentação anti-soviética;**
- f) **idem de obras sadias, construtivas, na base dos princípios de educação no Brasil;**
- g) defesa das humanidades clássicas, latim e grego e sua incorporação no plano nacional de educação;
- h) idem de uma filosofia sã;
- i) convocação de uma Convenção Nacional das Sociedades de Educação, para os fins de h (sic), mas com as bases principais já previamente assentadas;
- j) **atenção muito particular com o espírito ainda dominante em certos meios pedagógicos, particularmente em São Paulo;**
- l) entendimento com os estados para uma **uniformidade na orientação educativa;**
- m) elaboração do Plano Nacional de Educação nessas bases;
- n) escolha dos futuros membros do Conselho Nacional de Educação tendo em vista este objetivo;
- o) elaboração dos programas para os cursos e complementares;
- p) **facilitadores do ensino religioso em todo o país;**
- q) **idem para a fundação da faculdade católica de teologia nas Universidades;**
- r) **idem para a realização de congressos católicos de educação nos vários estados e em geral para os trabalhos sociais da Ação Católica Brasileira;**
- s) **idem para a Universidade Católica do Rio de Janeiro;**
- t) entrega a uma orientação segura e uniforme e à direção dos católicos da Escola de Serviço Social.⁴⁶

Como se pode ver pelos destaques dados acima, a participação da Igreja, a uniformidade das práticas e a exclusão dos diferentes e de iniciativas distoantes ao modelo pré-concebido pelo Estado faziam parte dos focos

⁴⁶ SCHWARTZMAN, Simon et. al. *Tempos de Capanema*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 189 e 190. (grifos meus)

estabelecidos e teriam grande repercussão na imprensa. As preocupações com os regionalismos, como visto nos meios pedagógicos de São Paulo, confirmam o receio do grupo de educadores mais conservadores e principalmente ligados a Minas Gerais com o grupo escolanovista paulista que agregava, em sua maioria, o grupo de educadores que propunham ações mais renovadoras. Já em 1935, com o acirramento dos embates com os comunistas, caracterizando o momento mais tenso de combate às diferenças, Anísio Teixeira demitiu-se, e outros se afastaram de cargos públicos ligados às áreas educacionais. Os católicos e padres assumiram a maioria dos postos de comando da Educação.

Na gestão de Gustavo Capanema, durante o Estado Novo, uma preocupação muito grande com a nacionalização do ensino primário atingiu as comunidades estrangeiras, principalmente alemãs, ao sul do País. O período de 1938-41 foi marcado pelo alto investimento na nacionalização da educação básica nas áreas de imigrantes, principalmente alemães. Em 1939, em contexto de acentuado nacionalismo, e posteriormente à declaração de guerra aos países do Eixo, as escolas étnicas, já representando uma expressiva rede escolar⁴⁷, foram suprimidas pela legislação de ensino, porém com resistência já registrada desde 1934/35. Vale lembrar que a lei que regia o ensino primário no período estadonovista veio desde 1933/34 quando se tentou superar a isenção da União em relação ao ensino primário e profissional. Como complementação, foi criada a Comissão Nacional do Ensino Primário pelo Decreto Lei n° 868, de 1938⁴⁸. Os objetivos desta comissão centraram-se em nacionalizar o ensino

⁴⁷ Ver: KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 347-370.

⁴⁸ Ver, na íntegra, o decreto lei, no item anexos.

elementar, principalmente nas áreas de imigrantes, e numa campanha nacional de combate ao analfabetismo.

O primeiro anteprojeto da Lei Orgânica sobre o ensino primário foi feito em 1939, sendo enviado às secretarias estaduais de educação e pessoas escolhidas, envolvidas no processo educacional, mas não foi promulgado por sofrer críticas e sugestões vindas destas mesmas instâncias. O impasse em relação ao ensino primário, durante a gestão de Capanema, deveu-se em parte às resistências das próprias interventorias estaduais, que se opunham às intenções unificantes do regime, criando um problema para o Estado na implantação do projeto, o que vai acontecer somente em 1946⁴⁹. Porém, ainda durante o Estado Novo, os investimentos na nacionalização do ensino e na alfabetização vão estar presentes no ensino primário, expressando-se mais intensamente na produção de materiais didáticos, como recursos transformados em armas de propaganda política do regime, juntamente com outros materiais que circulavam em espaço não-escolar, os quais também tinham finalidade educativa. Veremos a seguir como se manifestavam esses pressupostos no ensino primário, por meio da análise de materiais circulantes no universo escolar ou a ele relacionados, enfatizando a presença do estrangeiro e a tentativa de militarização da infância.

⁴⁹ Ver: NUNES, Clarice. As políticas públicas de Educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas. In: BOMENY, Helena (org). *Constelação Capanema* – intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

1 – MATERIAIS DIDÁTICOS, PROPAGANDA POLÍTICA E INTOLERÂNCIA

Nos suplementos infantis dos jornais, livros de leitura e demais aportes didáticos para a infância, a discussão era aberta sobre a participação do estrangeiro no País e a forma pela qual o mesmo devia se comportar. Nos suplementos infantis, histórias eram contadas para crianças, enfatizando a nacionalidade, o papel do ser brasileiro e dedutivamente daquele que não o é. Esses espaços caracterizados como não-escolares promoviam também intercâmbios com a escola e traziam composições de alunos e valores apropriados e presentes no imaginário social.

No jornal *Folha de Minas*, a partir de 19 de setembro de 1937, publicava-se o *Suplemento Infantil Folha de Minas*⁵⁰. Na primeira página apareciam as histórias contadas pelo Pinduca, personagem principal do suplemento. Logo após, destinava-se uma parte para as histórias enviadas por colaboradores do jornal, concursos e cruzadinhas, incluindo a participação da própria redação do suplemento, tendo também na outra página a publicação de histórias e cartas das crianças, geralmente alunos do ensino primário, e também por aqueles que já tinham passado para o secundário. Os desenhos das crianças eram publicados na última página do suplemento. Esse suplemento foi publicado até 1940, sofrendo uma interrupção em decorrência da II Guerra, retornando em 1944, como *Página do Garoto*, mantendo o Pinduca como personagem-referência do espaço infantil. Neste espaço, percebia-se a ponte que se fazia com a escola e com os alunos, no intuito de educar os corações infantis a partir

⁵⁰ Publicado aos domingos.

dos valores considerados legítimos pelo regime e aceitos pela sociedade em geral.

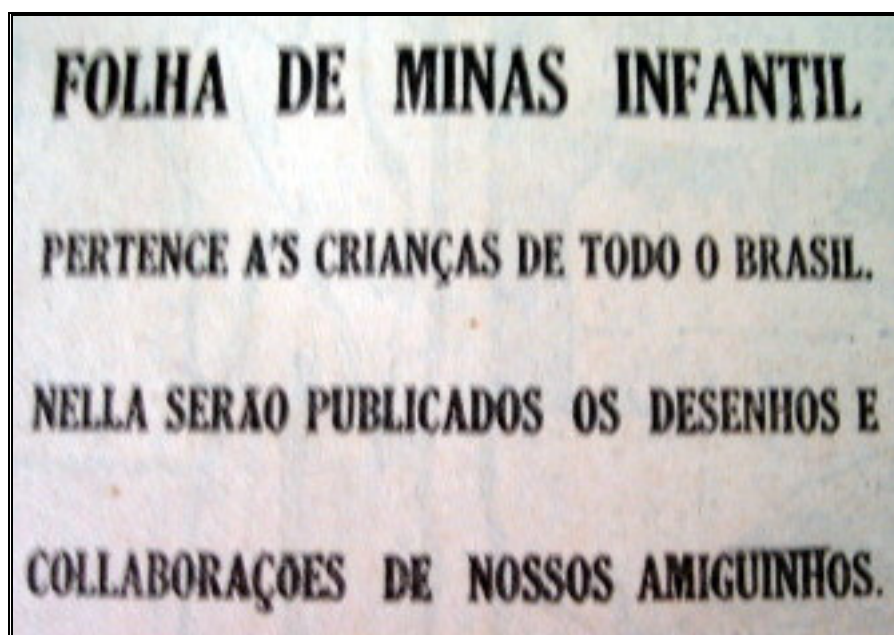


Foto Jornal *Folha de Minas* – Suplemento infantil - 31/05/1938, p. 1.

Numa das edições do suplemento infantil do Jornal *Folha de Minas*, a história contada por Almerinda Farias Gama, com o título “Eu e meu Brasil”, indicava para as crianças alguns elementos de como deveria se comportar o estrangeiro, nas terras brasileiras:

Eu e meu Brasil

Sou pequenino,
Sou brasileiro,
Por isso amado
Do mundo inteiro.

Quando eu crescer e for viajar pelo estrangeiro, mandarei imprimir cartões de visitas com os seguintes dizeres:

ALMERIO DA GAMA
Brasileiro

Será essa a melhor recomendação para os outros povos, porque o meu país ocupa um lugar elevado no conceito das outras nações. Eu me orgulho do meu país.

Papai não descuida a minha educação. Freqüento o melhor colégio do nosso bairro e faço exercícios físicos sob a orientação de um médico. Jogo futebol com moderação, tênis e golfe. Nado e patino. Papai quer que eu seja um homem forte e robusto, corajoso e valente. Pronto sempre a repelir uma injúria, mas nunca provocador. Ensina-me a ser tolerante com as fanfarronadas dos mais fracos, e a fazer-lhes reconhecer a sua fraqueza junto à minha força, mas sem humilhá-los.

Meu Brasil também fez um juramento a si próprio de nunca ser agressivo. Nunca se empenhará em guerra de conquista. Assim como papai não assalta a casa alheia, meu Brasil não tomará a terra dos outros, nem ajudará outro país a tomá-la. Isso está escrito na constituição do Brasil. Sempre esteve escrito nas outras constituições que foram revogadas. **Isso quer dizer que a não agressividade faz parte do próprio organismo brasileiro.**

O Brasil é grande, muito grande. Tem terras bastante, mas não tem terras de sobra. Se a Europa inteira sofresse um cataclisma que ameaçasse submergi-la inteiramente no oceano, o Brasil poderia abrigar todos os seus povos. **E todos aqui viveriam com a maior liberdade dentro das leis brasileiras que são as mais tolerantes do mundo. No Brasil há atividades para todos: desde o lavrador, até o diplomata.** Mas não queremos que nenhum pedacinho do nosso território deixe de ser Brasil.

O Brasil é conhecido do mundo civilizado há mais de quatrocentos anos. Passou a categoria de colônia a reino, depois de império e por fim à de república. Desde 1808 que os portos brasileiros se acham abertos à navegação estrangeira, e os nossos avós sempre mantiveram a integridade e a unidade da Pátria. Não seremos nós que iremos deixá-la fracionar-se ou ser conquistada pelo estrangeiro.

Perguntei a papai o que era ser estrangeiro. Ele me disse que era ser estranho ao país em que se vive. E eu me lembrei de Bernardo, meu cunhado, quando começou a freqüentar a nossa casa. Havia muita cerimônia com ele, porque era pessoa estranha a casa. Agora ele é marido de minha irmã. Faz parte de nossa família, interessa-se pelos meus estudos, mora em nossa casa que passou a ser também casa dele. Ajuda nas despesas, leva-nos a passear. Quer muito bem a Papai e a Mamãe, e faz por eles o mesmo que faria por seus pais se existissem. Minha prima casou-se, infelizmente, com um aventureiro. Quando meu tio descobriu que o marido dela era um malandro, anulou o casamento de minha prima e expulsou o aventureiro de casa.

No Brasil é assim. Os estrangeiros que sabem honrar a hospitalidade brasileira têm tantos direitos e privilégios que a gente até se esquece de que eles não nasceram no nosso país. Chegam até a ser funcionários públicos, isto é, ajudam os brasileiros na administração do país. Não é em todos os países que isso acontece... Mas os estrangeiros malfeitores, provocadores de desordens, espíões de nossa técnica de

defesa, são chamados indesejáveis e expulsos de nosso território.

Papai me contou que um dia chegou ao Brasil uma grande leva de imigrantes europeus. Entre eles vinha um rapazinho muito novo. Dos vários empregados humildes que lhe apareceram ele preferiu ser varredor, servente de livraria, contando que o patrão **lhe permitisse ler nas horas vagas os livros expostos à venda.** E esse rapazinho fez-se homem e pelos seus altos conhecimentos e grande valor chegou a ser um dos mais sábios diretores do nosso Observatório Nacional. E o Brasil orgulha-se de seu nome porque ele **se fez brasileiro para todos os efeitos e soube honrar a nova pátria.** Seus filhos nascidos no Brasil continuam a integrar a honrá-la nossa nacionalidade. Por isso o Brasil é amado pelo mundo inteiro.⁵¹

A autora enfatiza a necessidade da valorização patriótica, comparando a família ao país, ao lar, à casa de cada um e trazendo para a sua história elementos que também estavam presentes em outros textos da época, mesmo naqueles que não eram direcionados ao público infantil: a fortaleza de um Brasil pacífico, que sabia lutar quando necessário. O contexto iminente da guerra é evidente, comparando-se o corpo humano ao corpo da pátria, ao organismo vivo, em que todas as partes confluem de forma harmônica. Essa será a tônica das preocupações do Estado Novo em relação à questão da unidade nacional, que refletirá um contexto tumultuado nas conexões com o diferente. O bem e o mal são expressos pela obediência *versus* transgressão; as representações da moralidade e do privado se misturam à do público que encontra seus matizes nas relações sociais. O esforço do governo em nacionalizar o ensino está presente com o exemplo do imigrante que veio trabalhar e fez questão de ler os livros que eram vendidos no Brasil. Isso demonstra às crianças a delimitação de como seria aceito ou não o estranho, desde que ele se tornasse um brasileiro e o fizesse em todos os locais do

⁵¹ GAMA, Almerinda Farias. Jornal *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 08 de maio de 1938, p. 3. Suplemento Infantil (grifos meus)

mundo, situação expressa: Almerio da Gama – Brasileiro (importante ressaltar a similitude com o nome da autora que colocou praticamente seu nome no masculino, como o exemplo dado de brasileiro na história). Os elementos de conduta e os hábitos das elites, como os esportes golfe e tênis, e a ênfase no futebol com **moderação** assinalavam a finalidade destas histórias, que primavam por educar a partir dos referenciais das elites, com exclusão ou marginalização dos comportamentos e hábitos ditos populares.

A renúncia à situação anterior também estava presente na legislação da época, sendo o candidato à naturalização obrigado a ler a Carta de 1937, que declara a instauração do Estado Novo:

Novas normas para naturalização de estrangeiros

No ato da entrega do decreto, o naturalizando deverá ler **uma página da Constituição de 10 de novembro**

(...) o ato de entrega do decreto de naturalização, determina ainda o decreto, será solene e público, e efetuado em dias determinados. Nessa ocasião o diretor da Diretoria da Justiça e do interior nesta capital, ou o diretor do serviço correspondente, nos Estados, abrirá ao acaso uma página da Constituição e fará com que o naturalizando, para **provar o conhecimento da língua portuguesa**, proceda a leitura corrente do texto.

Em seguida o naturalizando prestará o seguinte juramento:

“Juro bem e fielmente cumprir os meus deveres de cidadão brasileiro e **renuncio, para todos os efeitos, a minha nacionalidade anterior**”(...).⁵²

A prova de conhecimento da língua portuguesa, como atestado da nacionalidade, mostra a preocupação do governo com a nacionalização da língua e, neste sentido, explica o investimento no ensino primário para a alfabetização e propagação dos valores pátrios. A naturalização de estrangeiros ocorria sob a condição da leitura de uma página da Constituição outorgada de 10 de novembro, como prova de se estar adotando a

⁵² Jornal *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 20 de maio de 1938, p. 2. (grifos meus)

nacionalidade brasileira. O discurso sobre o estrangeiro e seu perigo à nação brasileira nos jornais e demais materiais torna-se mais agudo no ano de 1938 (conquanto já viesse acontecendo no decorrer da década de 30, com mais ênfase após 1935) e mais tarde continua em decorrência da guerra, embora não tão acentuado quanto no primeiro ano do Estado Novo. O ano de 1938 caracteriza-se como o ano de legitimação da instauração do regime autoritário, que, entre outros embates para se firmar, teve que lidar com a tentativa de golpe pelos integralistas, que antes apoiavam o governo, mas após o Estado Novo não viram seus anseios atendidos.

A propaganda política por meio da escola será uma das marcas do autoritarismo, durante o Estado Novo, inspirada em experiências similares que ganhavam força no mundo. De acordo com CAPELATO, “valendo-se das técnicas sofisticadas de comunicação com objetivo político, os representantes do varguismo procuraram canalizar a participação das massas na direção imposta por esses regimes”.⁵³ A adequação dos métodos seria realizada a partir da natureza político-cultural de cada regime, mas cada qual com a montagem de um sistema propagandístico amplo de controle social.

As concepções unitaristas e nacionalistas já estavam presentes na educação desde o século XIX, quando se discutia como construir uma história nacional. Entretanto, com as reformas de ensino nas décadas de 30 e 40 do século XX, concretizou-se em caráter nacional um aporte centralizador em que o ensino de História se tornava referência no currículo para a formação da unidade e criação de uma identidade nacional coletiva. Nas reformas de ensino de Francisco Campos e Gustavo Capanema – essa última defensora em

⁵³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1998. p. 19.

especial da História pátria como central, sendo estudada em separado da História geral,⁵⁴ - indicaram-se as idéias de pátria, tradição, família e nação como sustentáculos da educação no País. A História pátria seria guardiã das referências sobre nação, identidade e poder, sendo um instrumento para a exaltação política e para a propaganda. Os livros didáticos e os livros de leitura para o primário, bem como as cartilhas, glorificavam a nação, por meio dos fatos da História e dos grandes heróis, dentre os quais o próprio Getúlio Vargas.

O ensino cívico-patriótico estava presente nos livros de leitura para a infância no ensino primário. Muitos deles foram produzidos antes do período, mas reeditados e largamente difundidos na época, e alguns deles com a inserção de referência à figura de Vargas e seu governo, bem como da comemoração do Dia do Trabalho. Alguns livros de leitura foram especialmente confeccionados no período pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP – criado em 1939) e tratavam ostensivamente do governo e de Vargas, como *Getúlio Vargas para crianças*, dentre outros. O arsenal pedagógico investido no ensino primário e secundário foi significativo, com grande circulação de materiais e tentativas de centralização, principalmente no que se referiu à nacionalização do País por meio da alfabetização, pela língua pátria, gerando o combate às referências estrangeiras, na produção de um discurso intolerante.

Nesta lição abaixo, presente num livro de leitura para o ensino primário, é afirmado que o estrangeiro não pode ser presidente do Brasil, e que para ser

⁵⁴ Ver: HOLLANDA, Guy de. *Um quarto de século de programas e compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro – 1931-1956*. Série IV. vol. 1. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1957. 292p.

presidente são necessárias “qualidades para dirigir a nação”, informando quem era o presidente vigente no Brasil:

Os presidentes

Hoje a nossa Pátria é uma república.

O presidente é o chefe supremo da nação. É ele que dirige o país.

O primeiro presidente do Brasil foi Deodoro da Fonseca. Era um valoroso soldado do nosso exército.

O atual presidente da República é o dr. Getúlio Vargas, que nasceu no estado do Rio Grande do Sul.

Qualquer brasileiro pode ser presidente da República. Basta que tenha qualidades para dirigir a nação.

Nenhum estrangeiro pode ser presidente do Brasil⁵⁵.

O realce àquele que dirige a nação, sendo um “chefe supremo”, bem como a referência ao estrangeiro, denotam a ênfase na nacionalidade brasileira e na “incapacidade” de um estrangeiro assumir um posto como esse - o da presidência.



Capa do livro “Infância”⁵⁶

⁵⁵ RICCHETTI, Henrique. *Infância*. I Livro. 25 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 114-115. (com exercício ao final da lição – perguntas sobre a história). Grifos meus.

Juntamente com os materiais didáticos, as festas de caráter cívico patriótico foram uma das formas mais características de propaganda política no Estado Novo. Elas estiveram fortemente presentes nas escolas, reafirmando o papel da educação como defensora dos valores nacionais. As comemorações oficiais não tiveram a abrangência das européias, mas inspiraram grandes palcos de exaltação nacionalista, tentando esconder os conflitos existentes no próprio interior das relações políticas, para legitimar a ordem existente. Nas escolas elas foram organizadas com galhardia, visando à formação de cidadãos condizentes com os interesses do Estado, bem como para disciplinar as massas.

2 – FESTAS CÍVICAS E A ESCOLA

Muitos historiadores têm se dedicado à análise da festa⁵⁷ e demonstrado como ela ganha significados e objetivos a partir de sua organização, do espaço de sua realização, do seu público-alvo e de seus temas. Carla Simone Chamon⁵⁸ discorreu sobre a festa cívica e seus contrastes e diferenças no que diz respeito às festas de caráter político no Brasil do século XIX - auspiciosas, patrióticas e turbulentas - e como essas características se fundem, dados os seus contextos e especificidades. Numa festa cívica, têm forte presença as dimensões patriótica e política, nas quais os lemas como civilização e progresso e os mitos da nacionalidade se legitimam no culto à ordem.

⁵⁶ Biblioteca do Centro de Referência do Professor de Minas Gerais.

⁵⁷ Ver, dentre outros: OZOUF, Mona. A festa: sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (dir.). *História; novos objetos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986; LAMBERT, Hercília Maria Facuri Coelho. Festa e participação popular (São Paulo – início do século XX). *História*. São Paulo, n. 13, 1994. p. 121-129; ABREU, Martha. *O Império do Divino. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.

⁵⁸ CHAMON, Carla Simone. *Festejos imperiais: festas cívicas em Minas Gerais – 1815/1845*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1996. (Dissertação de Mestrado).

É nestes momentos e espaços promovidos pelas festas cívicas que é possível enxergar com mais intensidade os conflitos inerentes à própria festa e fora dela, na luta pela legitimação de posições, com o discurso direcionado aos inimigos, aos oponentes que são contrários às idéias de quem a promove.

A festa cívica também se constitui em um lugar de memória⁵⁹, cujo principal objetivo é a comemoração de um episódio ou de um personagem visto como significativo no contexto da história da nação. Para Pierre Nora⁶⁰, lugares de memória, materiais ou não materiais, são momentos instituídos para lembrar algo que seja referendado com valor de unanimidade e que necessita de instrumentos específicos para isso. Por isso os monumentos celebrativos, datas comemorativas e ações vinculadas à construção da memória da nação que relembrem e instituem um lugar ou momento para fazer vir à tona a memória referendada, para trazer novamente aqueles significados para o presente. Livros didáticos, festas comemorativas, monumentos, ritos, entre outros, constituem lugares de memória e guardam consigo significados simbólicos na construção de identidades.

Para Dominique Pélassy,⁶¹ a festa é um signo e faz parte de um ritual: não há sociedade sem ritual, e não há ritual sem festa. Neste sentido, a festa projeta um sonho, algo que está intrínseco ao desejo social de se exteriorizar, e a propaganda faz parte deste sonho, ao propor viver uma outra vida, transformando o real em espetáculo, mobilizando e superdimensionando a vida.⁶²

⁵⁹ Ver: NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. In: *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Quarto Gallimard, 1997.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ PÉLASSY, Dominique. *Le signe nazi*. Paris, Fayard, 1983. Apud Capelato, 1998.

⁶² CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1998. p. 59.

CAPELATO,⁶³ caracterizando as festas cívicas como espetáculos de poder, como forma de condução das massas, concorda com George Balandier ao analisar o poder como um jogo dramático que persiste ao longo dos anos, manipulando símbolos e ritos e estabelecendo cerimônias. Esses espetáculos de poder, além de exaltar o poder do Estado, em momentos de exacerbação autoritária, lidam com uma comunidade imaginada, de símbolos, costumes e tradições que são apropriados e reapropriados a partir do jogo de imagens e discursos. O cunho salvacionista e religioso presente nas festas cívicas é de suma importância para se compreender a ressonância no universo cultural e na adesão das massas, escamoteando possíveis conflitos e dissonâncias em relação ao regime e suas formas de manifestação.

FONSECA⁶⁴, a partir das representações de Tiradentes nas comemorações do dia 21 abril, analisou os significados desta festa cívica na construção de um corpo mítico em torno da figura de Tiradentes, cuja imagem é utilizada e reinterpretada de diversas formas, por diferentes grupos e períodos da história política brasileira, porém apresentando naturezas e objetivos similares. O mito fundador do mártir e da redenção nacional, a partir de matrizes religiosas, associadas à cultura política e ao discurso de grupos diferentes, inclusive no cenário escolar, demonstra o potencial que a festa cívica tem de conquistar mentes e de motivar sentimentos e práticas, trabalhando símbolos, imagens, discursos e recursos presentes no imaginário social. Esses mesmos recursos são potencializados nas lutas pelo poder, nos jogos políticos, na construção de outras imagens que se pretende legitimar.

⁶³ Idem. p. 57.

⁶⁴ FONSECA, Thais Nívia de Lima. *Da Infâmia ao Altar da Pátria*. Memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. (Tese de Doutorado).

Segundo FONSECA, as celebrações cívicas e estímulos aos sentimentos patrióticos são especialmente úteis e eficazes ao jogo político. A festa cívica lembra e legitima um fato ocorrido, na formação de um espetáculo de poder, associando o ufanismo pelo culto do passado à esperança do futuro. A construção de uma identidade coletiva nestes momentos de apelo à emoção torna-se eficaz na pedagogia da memória e nos projetos dos governos vigentes.

Cláudia Schemes⁶⁵ compara as festas do Estado Novo no Brasil com as festas cívicas na Argentina durante o governo peronista (1945-1955), abrindo espaço para a reflexão sobre o corpo nas paradas e festividades, associadas também ao esporte. Em sua análise, a autora utiliza-se da metáfora corpo humano/corpo festa/corpo pátria e dos significados que as festas tiveram na política dos dois países e influências exercidas pelo contexto mundial, da proliferação de regimes autoritários. De acordo com SCHEMES, as festas cívicas evidenciavam o nascimento de uma nova ordem. A idéia da festa projetava um sonho, uma utopia de sociedade ideal que rompia com um passado atrasado em busca de um futuro promissor. Conforme a autora: “(...) a festa cívica reforça a imagem do poder, comemorando a morte do passado – o velho – e a instauração do novo – o futuro”.⁶⁶ A festa instaura a alegria, legitima o regime e rememora as obrigações e contributos para aqueles que fazem parte do país. A festa instaura uma nova ordem e, neste sentido, em momentos autoritários, ela mostra o regime como a nova ordem pré-estabelecida.

⁶⁵ SCHEMES, Cláudia. *Festas Cívicas e Esportivas no Populismo: um estudo comparativo dos governos Vargas (1937 – 1945) e Perón (1946-1955)*. São Paulo: USP, 1995. (Dissertação de Mestrado)

⁶⁶ Idem, p. 26.

O jogo político presente nas festas cívicas inicia-se a partir de sua organização, local, convidados, ritos, etc, e revela iniciativas e referências simbólicas dos elementos que se quer legitimar ou esquecer, tornando-a um teatro político, em que escolhas são feitas a partir dos significados que se quer fundar.

A escola tem se utilizado largamente das festas cívicas com o objetivo de estabelecer e manter valores considerados como importantes. As festas cívicas políticas e as festas cívicas escolares diferenciam-se uma da outra, uma vez que as primeiras visam atingir a sociedade em geral, e as segundas destinam-se ao público propriamente escolar. Além disso, a festa escolar organiza-se e se realiza segundo princípios ligados ao ensino propriamente dito (por exemplo, da Língua Portuguesa, da História, da Educação Moral e Cívica), embora também a festa política tenha caráter pedagógico. Muitas vezes as festas escolares são influenciadas pelos mesmos rituais e objetivos da festa política. Desta forma, festa política e festa escolar se encontram e são adaptadas a partir de seus contextos e públicos, estabelecendo entre si profícuas parcerias, tendo a escola influência sobre a política, e a política, sobre a escola.

A escola é, pelo menos desde o século XIX, alvo da política como campo fértil para semear idéias-força e preparar o futuro. Em regimes autoritários, a escola é ponte e meio de propagação destas idéias-força com um maior grau de intensidade, no intuito de tolher a diversidade e promover a uniformização a partir dos valores do regime vigente.

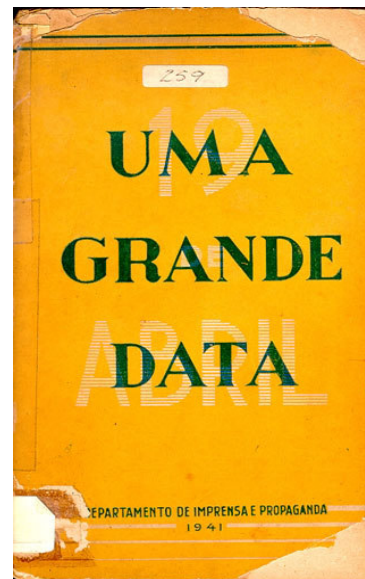
No Brasil, desde o século XIX, já eram realizadas celebrações cívicas, potencializadas principalmente com a proclamação da República. A partir de

1930, o Estado foi progressivamente assumindo o controle sobre a organização das comemorações, principalmente no momento em que a responsabilidade pelo culto cívico e patriótico passou a ser do Ministério da Educação⁶⁷. Com a forte centralização do Estado, acentuada em 1937 com o Estado Novo, as escolas passaram a ter participação ativa nas comemorações cívicas oficiais.

Segundo FONSECA, “livros didáticos e comemoração cívica atuam como mediadores entre concepções e práticas políticas e culturais, tornando-se parte importante na engrenagem de manutenção de determinadas visões de mundo e de história”.⁶⁸ As festas da Semana da Pátria e do Dia do Trabalho serviram de mediação de práticas e manutenção de visões, como meio difusor no imaginário social, juntamente com outras várias festividades cívicas que compunham o calendário comemorativo do Estado Novo. Essa conexão entre a produção de material didático e as festas cívicas permitiu a publicação de livros com o aval do governo, com a finalidade de intensificar o processo formativo do cidadão e a propaganda política. Foi o caso, por exemplo, do livro publicado pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), *Uma Grande Data*, para se comemorar o aniversário de Getúlio Vargas no dia 19 de abril, um momento também muito festejado nos jornais e em outros meios de comunicação.

⁶⁷ Ver: FONSECA, Thais Nívia de Lima e. A exteriorização da escola e a formação do cidadão no Brasil (1930-1960). In: *Educação em Revista*. Revista do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG, n.41, jun.2005, pp.43-57.

⁶⁸ Idem. p.46.



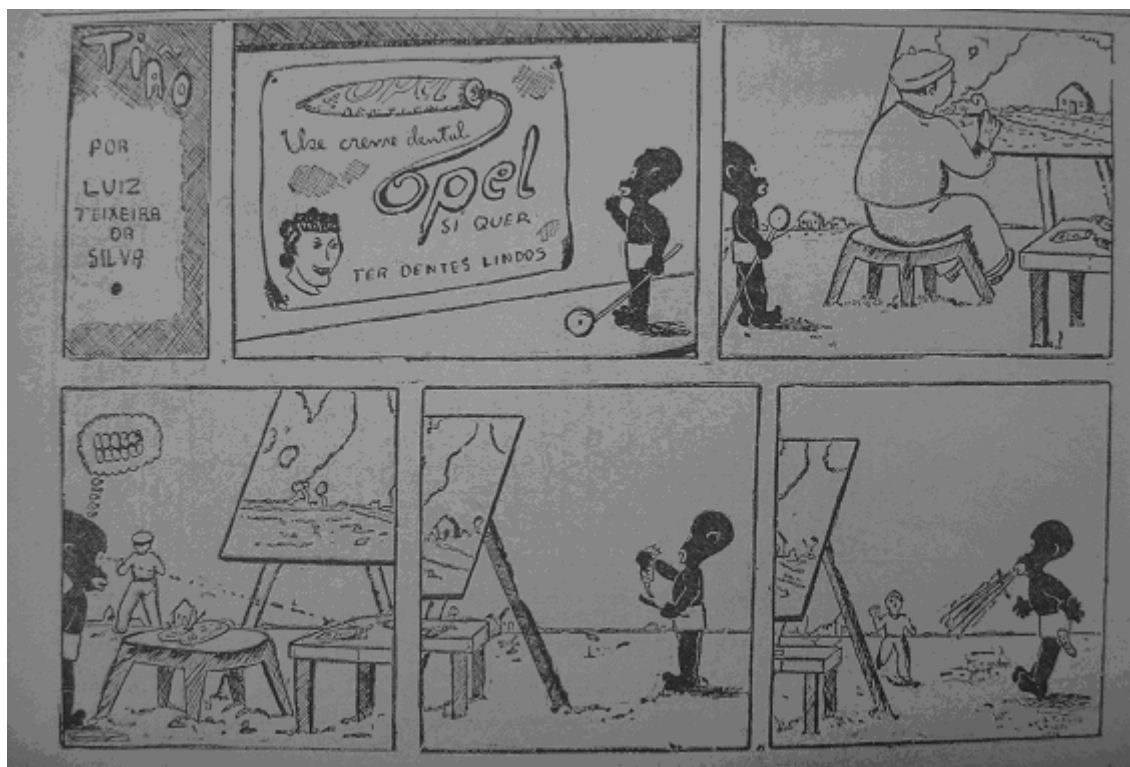
**Capa de 'Uma grande data', publicado pelo DIP em 1941, em comemoração ao aniversário de Getúlio Vargas.
82-5 B823 / CPDOC**

Em Minas Gerais, os jornais *Estado de Minas* e *Folha de Minas* relatavam com garbo a participação das escolas nas festas cívicas, principalmente aquelas que comemoravam um fato histórico muito estudado no ensino de História: a Independência do Brasil, culminando no dia 7 de setembro as comemorações da Semana da Pátria.

O formato militarizado na formação de uma “juventude nova” nas passagens do dia da Raça, que aconteciam, em sua maioria, no Rio de Janeiro, e nos desfiles coletivos das Paradas da Juventude, apropriando-se do contexto de guerra, exprimia uma juventude destemida e moralizadora, exemplo a ser seguido pelo País como modelo educativo e do futuro. Os discursos sobre a raça, no período, exaltavam a configuração dos três referenciais culturais que formavam a “identidade” do brasileiro: a mestiçagem entre o índio, o português e o negro. Os três perfis culturais eram elevados em suas especificidades, cada qual cumprindo seu papel para a formação do brasileiro, inclusive com discursos sobre a necessidade de respeito e amor ao

negro, nos livros de leitura e suplementos infantis, para lhes provar a “honradez”.

No entanto, com esse discurso, o pano de fundo das análises nas lições infantis e matérias dos jornais estava centrado no ideário civilizatório deixado pelo português, via referência européia. Assim, nos textos, histórias e matérias estavam presentes as idéias da eugenia, como aperfeiçoamento da raça, para que se pudesse chegar aos modelos ideais. Essas representações estavam também à vista nos livros para a infância, nas lições, na iconografia, em que a figura do negro, por exemplo, mesmo sendo valorizada em algumas ocasiões, raramente aparecia em papéis que não fossem de empregados domésticos. Muitas vezes era tratada de forma supostamente cômica, vinculando-a à estupidez, como nesta história, num suplemento infantil, na qual um menino negro apodera-se do tubo de tinta de um pintor, tentando usá-la como pasta de dente⁶⁹:



⁶⁹ SILVA, Luiz Teixeira da. *Jornal Folha de Minas* – Suplemento infantil, 27/11/1938, p. 2.

A raça a ser ovacionada encontraria na robustez européia a referência de supremacia, muito embora a mestiçagem e sua valorização sejam tônicas no período, como o conjunto formador do “ser brasileiro”, ao contrário do que se via em países como a Alemanha nazista, em que o referencial de raça era, no contexto da época, uma purificação das “raízes germânicas”.

Nos jornais, os croquis das Paradas da Juventude Brasileira no centro de Belo Horizonte e a exaltação nacionalista de guerra, nos poemas, nas reportagens em geral, caracterizam o papel desta juventude representativa da raça brasileira:

Bra'silea Raça

“Eritis Sicut Dii...”

À Juventude Brasileira, minha homenagem

Os auri-verdes **pavilhões** drapejam
Tremulam ao vento pandos de **vitória**
E a raça, forte e estuante passa
Com os olhos fixos no porvir de glória

O próprio sol, o sol potente e belo
Cioso, sim, de tanta altaneria
Esconde o carro, de corséis fogosos
Numa nuvem fugaz, leve e sombria

E do Brasil, pátria imaculada e jovem
Garbosa vai aos toques marciais
Aquela nova e pulcra mocidade

De glória já futuros sons se ouvem
E a pátria mãe os louros perenais
Nas mãos já traz a imortalidade

Jarbas Pinheiro Saraiva
Belo Horizonte, 4 de setembro de 1943⁷⁰

O culto aos expedicionários, aos generais de guerra, ao Duque de Caxias como símbolo histórico do exército brasileiro nos suplementos infantis dos

⁷⁰ Jornal *Folha de Minas*, 05 de setembro de 1943, p. 4. Grifos meus.

jornais; fotos que apresentam crianças e jovens junto a material militar, e outros registros nas lições dos livros de leitura e nas matérias jornalísticas sobre as paradas festivas - indicam referências à militarização da infância e da juventude. O projeto paramilitar proposto em 1938 por Francisco Campos, Ministro da Justiça, esboçado como Organização Nacional da Juventude, instituíra uma tentativa de organização pré-militar da juventude e encontrou muitas oposições envolvendo os Ministérios da Guerra e da Educação e Saúde. A divergência baseava-se na idéia de que, ao invés de formar militares, a pátria deveria formar cidadãos (incluindo-se a questão da cidadania do trabalho, que discutirei no próximo capítulo). Daí decorreu a criação, em 1940, da Juventude Brasileira, cedendo mais lugar para o estímulo ao civismo e para a difusão de técnicas **elementares** do serviço militar, sob a orientação do Ministério da Educação e Saúde, que no projeto da Organização Nacional da Juventude não teria participação, ficando a coordenação a cargo do Ministério da Justiça. A criação da Juventude Brasileira foi uma resposta ao projeto de inspirações nazi-fascistas de Francisco Campos, impedindo a criação de uma juventude paramilitar⁷¹. Porém, com a Segunda Guerra Mundial, as noções de militarização continuam sendo veiculadas na infância e juventude. No final do Estado Novo a *Juventude Brasileira* é extinta pelo Ministério da Educação.

A referência a essas noções nos materiais de leitura para o ensino primário complementava essa ligação e apresentava o reforço ao culto ao soldado brasileiro, no contexto de militarização antes, durante e no término da

⁷¹ Ver esse debate em: SCHWARTZMAN, Simon et. al. *Tempos de Capanema*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000; HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

guerra, nas composições, nas imagens, como no exemplo a seguir: uma história da Guerra do Paraguai:

A Pátria

Vinte horas.

Na sala de jantar vasta e bem iluminada, a família está reunida, em agradável palestra.

O avô um **velho militar reformado**, tinha tomado parte **na guerra que o Brasil foi obrigado a sustentar contra a república do Paraguai, ao sul do nosso território.**

Gostava de narrar aos netos diversos episódios que se passaram nessa memorável campanha, durante a qual nossos **bravos guerreiros** deram sobejas provas de acrisolado amor à Pátria.

Nessa noite narrava ele o caso daquele valoroso brasileiro, Antônio João da Silva.

_ Logo que carregaram **as hostilidades do Paraguai**, dizia o velho, a então província de Mato Grosso foi inesperadamente invadida por milhares dos inimigos. Estes, por toda a parte por onde passaram, **iam praticando toda sorte de vandalismo.**

Ao atacarem a colônia de Dourados, se bem que vencedores, sentiram-se obrigados a **render justa homenagem** à bravura de Antônio João, a respeito do qual disseram: “Se o Brasil tiver muitos bravos como estes, nossa marcha por Mato Grosso não será um simples passeio militar, como nos falaram”.

Na verdade, nesse ataque, Antônio João, apenas com doze companheiros, resistiu, até à morte, ao inimigo, em número incomparavelmente superior.

Foi este, não há dúvida, um ato de louca temeridade, mas que tinha justificação no acendrado patriotismo que empolgava a alma de nosso herói.

Vejam, neste exemplo, meus netinhos, quanto pode o amor à pátria.

Não pensem, entretanto, que só a amamos, quando combatemos por ela. Não.

A pátria é o país de que somos filhos. Sua glória é a nossa glória; sua honra é a nossa honra. Amá-la é, pois, dever de todo o cidadão.

Ama-a o soldado, defendendo-lhe a bandeira; ama-a o sábio, enaltecendo-a pela instrução; o professor, o artista, o agricultor, o pobre e o rico, todos, enfim, amam a pátria, quando procuram engrandecê-la **pelo trabalho a que cada qual se dedica.**

Ama-a a criança, aproveitando bem seu tempo na escola, é aí que ela se prepara, a fim de ser um bom cidadão.

Trabalhem, pois, meus filhos; cooperem sempre com o seu esforço para a grandeza, a prosperidade e a paz deste querido Brasil!

Assim terminou a palestra daquela noite.⁷²

Mesmo sendo uma história reeditada num livro de educação moral e cívica que já estava em sua 18ª edição em 1938, ela mostra como a temática da guerra e do trabalho manteve-se valiosa no momento autoritário, sobretudo num contexto no qual a guerra entre os países europeus era já iminente.

Essa concepção de História nacionalista e patriótica, influenciada pelo contexto de guerra, estava presente nas festividades da política, envolvendo a escola. As festas do Dia do Trabalho e da Semana da Pátria reconstituíram momentos dessa “apoteose mística”, na exaltação do líder, no conglomerado de pessoas que se reuniam para adquirir forças e projetar algo de “novo” para o futuro. Na escola, os ideais de patriotismo, raça, sacrifício foram potencializados e ressignificados, constituindo assim momentos marcantes na educação de crianças e jovens.

⁷² SILVA, J. Pinto. *Meus deveres. Educação Cívica e Moral no Terceiro Ano Preliminar*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1938, 18 ed., p. 15-17. (grifos meus)

CAPÍTULO II

EDUCAR A PÁTRIA PARA O TRABALHO

Trabalhar e estudar deve ser o lema ideal de todas as crianças.

O estudo é a base da vida social e o trabalho a base da felicidade.

O estudo dá a instrução, a força e o saber, e o trabalho vigor, saúde e riqueza.

O estudo forma e aperfeiçoa o caráter; o trabalho enriquece os indivíduos.

O trabalho diverte e alegria o espírito e o estudo mostra o verdadeiro caminho da moral.

Sem trabalhar e sem estudar não há triunfo na vida.

Por Yeda de Paula Gomes (10 anos)⁷³

1 – ESTADO NOVO, TRABALHO E FESTA

Os grupos insatisfeitos e em conflito com a ordem vigente desde 1930 tiveram suas vozes abafadas com a constituição outorgada de novembro de 1937. Nos jornais, censurados, a imagem do líder carismático e avassalador em seus atos fluía abundantemente, bem como nos materiais didáticos produzidos com o aval oficial e em outros veículos de comunicação, como os suplementos infantis dos principais jornais, que exaltavam Getúlio Vargas.

Tentava-se justificar a nova constituição e a cassação dos direitos políticos pela iminência de o País entrar em colapso, principalmente devido ao “perigo comunista”. Eliana Regina de Freitas Dutra⁷⁴ faz uma comparação, por meio da análise dos imaginários concorrentes, dos comunistas e anticomunistas na década de 1930, identificando como os arquétipos do “bem” e do “mal” eram criados e recriados por ambos os grupos, a partir de elementos religiosos e psicológicos já existentes no universo cultural. A idéia da

⁷³ Suplemento infantil. *Jornal Folha de Minas*. Belo Horizonte, 29 de janeiro de 1939. p. 3.

⁷⁴ Ver: DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário*. Imaginário político no Brasil nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

Revolução era amplamente utilizada por ambas as facções no sentido salvacionista; os anticomunistas, a maioria filiada à Igreja, defendiam a ordem que o trabalho poderia imprimir no cidadão e na pátria, na civilização e moralização da sociedade; os comunistas, mesmo negando concepções religiosas, fundavam-se no mito da restauração do mundo, por via do triunfo revolucionário e operário⁷⁵, e neste sentido a noção de trabalho nos grupos antagônicos desempenhava fundamental importância.

Segundo DUTRA, muitos pensadores do Ocidente valorizam a essência do trabalho como renúncia, na obrigação para conseguir algo de bom, exaltando-se o esforço do homem para conquistar virtudes⁷⁶. Essa idéia está presente na Bíblia, em que o homem deverá comer o pão, por meio do suor do seu rosto⁷⁷, e ao longo da História abrange significações diversas.

O pensamento burguês clássico incorporou a noção de trabalho para o progresso da civilização, reafirmando o trabalho como meio de riqueza útil e boa para que as pessoas fossem felizes. O trabalho no Estado Novo é fincado nos pilares de renúncia e sacrifício individual para a sobrevivência coletiva - uma ordem universal para o bem-estar social e econômico e progresso do País - em combate ao ócio, que leva à degradação do indivíduo e da nação. O pensamento liberal entra em colapso mais fortemente a partir de 1937 no Brasil, em decorrência da substituição de um sujeito individual e condutor de seus objetivos por um que perde suas garantias e ações individuais para representar a pátria; e, neste sentido, esse sujeito é aquele que é apresentado

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Hegel, Freud, Hanna Arendt, etc. Referência: DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário*. Imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

⁷⁷ "Tirarás da terra com trabalhos penosos o teu sustento todos os dias de tua vida (...) Comerás o pão com o suor do teu rosto". GENESIS III, 17-19.

como modelo para a nação trabalhadora. A noção sobre o trabalho foi remodelada para uma perspectiva coletiva que representa a própria nação, corpo indivíduo/corpo trabalho/corpo nação, durante as décadas de 1930-40. Desde o Governo Provisório, com a criação do Ministério do Trabalho e a Constituição de 1934, os direitos trabalhistas reivindicados por uma grande massa desde antes dos anos 1930 vão ganhando voz, porém o Estado começa uma ampla centralização e intervenção política, social e econômica, contrariando os objetivos dos liberais. Para eles, o período de 1931-32 foi visto como desvio da evolução do País; 1933-34, como retomada do ritmo; e o Estado Novo, como um recuo histórico e de atraso incalculável⁷⁸.

Ao mesmo tempo em que algumas das principais reivindicações dos grupos trabalhistas iam sendo atendidas, o governo assumia-se como protagonista deste processo, e a figura máter responsável por esses ganhos era, evidentemente, o presidente Getúlio Vargas. Na referência abaixo, há a indicação de que quase tudo em 1934 não era “bom”, pois se tratava de um período aberto politicamente, em que muitos queriam “assolar” o País, muito embora a Constituição promulgada naquele ano fosse um marco na concessão dos direitos trabalhistas reivindicados:

Na constituição de 16 de julho de 1934 quase tudo era ruim; na Carta de 10 de novembro de 1937 quase tudo é bom (...). A Carta outorgada a 10 de novembro é um instrumento oportuno com que um político atilado e clarividente, secundado por um das mais lúcidas, portentosas e afinadas inteligências da hora presente, restituiu ao Brasil o seu clima político, e o investiu na posse de condições vitais, exatamente quando o país, enfraquecido, solapado, corroído, desmoralizado pelo jogo de interesses facciosos e ambições pessoais dava os últimos passos para a ruína total (...)⁷⁹.

⁷⁸ Cf. CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo* – Imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁷⁹ LIMA, Heitor. “Getúlio Vargas”. *Jornal Folha de Minas*. Belo Horizonte, 15 de maio de 1938. p.3.

Nos discursos pró-governistas, o Estado Novo iria fechar com “chave de ouro” a política de apoio ao trabalhador, para proteger o País e garantir os direitos coletivos. Essa concepção de “democracia” estaria centrada, portanto, no aspecto social, e não no político. A dimensão privada e pública do homem era definida por sua condição de trabalhador para que fosse reconhecido como cidadão e membro útil para a sociedade⁸⁰. Segundo CAPELATO:

“(…) O trabalhismo constituiu um dos traços definidores da política varguista. A constituição do Ministério do Trabalho, a lei do sindicalismo, a legislação social compõem a estrutura da nova cultura política. No que se refere à cidadania/trabalho, a atuação do governo se fez sentir em duas direções: a primeira dizia respeito às concessões efetivas às classes trabalhadoras, e a segunda referia-se à propaganda dessa política com vistas a introjetar na consciência do cidadão trabalhador os compromissos da nova cidadania, aí se incluindo o sentimento de gratidão e retribuição”⁸¹.

A propaganda política enfatizava essa cidadania trabalhista, nos meios possíveis, junto às classes trabalhadoras e populares. As elites eram partícipes da construção dessa cidadania por meio do trabalho intelectual, constituindo-se, assim, papéis diferenciados na cidadania do trabalho, que se compunha pelo conjunto destas partes dessemelhantes que formam o todo, numa visão orgânica do corpo - aqui, o corpo da pátria. Portanto, nessa concepção, o trabalho intelectual ligava-se ao papel das elites, e às camadas populares era destinado o esforço físico e maquinal. A cidadania do trabalho aspirava à regeneração dos indivíduos e conseqüentemente da pátria, composta por esses sujeitos, que tinham sua identidade reconhecida pelo trabalho. Ser

⁸⁰ Ver: GOMES, Ângela de Castro. *“O redescobrimento do Brasil”*. In: “Estado Novo: Ideologia e poder, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

⁸¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1998. p.175.

brasileiro significava *ser trabalhador*, ficando à margem todos aqueles que não se enquadravam nesta perspectiva, *os não-trabalhadores*.

Entre as várias formas de legitimação e reforço da cidadania do trabalho no Estado Novo estavam as festividades do Dia do Trabalho, que aconteciam no dia 1º de maio⁸². A festa, momento de efervescência do mito do trabalho, conclamava, no discurso oficial do governo centralizador, aos momentos de regozijo e agradecimento por tudo que se passou, frente às conquistas que o governo realizava. A festa representava a espetacularização da política, na ritualização do poder, para sua legitimação no espaço público.

Em todo o Brasil comemorava-se o Dia do Trabalho, que contava com uma ampla divulgação por meio da imprensa nacional. O Dia do Trabalho na capital do País, Rio de Janeiro, passou a ser comemorado no estádio de futebol do Vasco da Gama, mais especificamente a partir de 1939, com a presença do presidente Vargas. Nessas ocasiões, ele fazia discursos sempre

⁸² “O dia primeiro de maio foi escolhido como dia dos trabalhadores como uma forma de assinalar e de lembrar as muitas e difíceis lutas que marcaram a história do movimento sindical no mundo. O dia é uma homenagem aos trabalhadores da cidade de Chicago que, em 1886, enfrentaram forte repressão policial por reivindicarem melhores condições de trabalho e, especialmente, uma jornada de oito horas. Nesse episódio houve trabalhadores mortos e presos que, desde então, tornaram-se símbolos para todos os que desejavam se engajar na mesma luta. Em maio de 1888, precisamente no dia 13, uma lei acabava com a escravidão no Brasil (o único a então possuir escravos). A defesa de condições mais humanas de trabalho começou a se desenhar no país (...). O primeiro de maio existe para isso: para ser tanto um dia de festa, pelo que se conseguiu, como de protesto, pelo que se deseja ainda conseguir, quer no Brasil, quer em qualquer outro país. É possível observar que, já no início do século XX, os trabalhadores brasileiros passaram a assinalar o primeiro de maio com manifestações que ganhavam as ruas e faziam demandas. No Rio de Janeiro, então capital da República, esses fatos ocorreram, por exemplo, em 1906, pouco depois da realização de um I Congresso Operário, onde a presença de trabalhadores anarquistas foi muito importante. Em muitos outros anos, durante a chamada Primeira República, o primeiro de maio seria um momento de reivindicar e de demonstrar a força dos trabalhadores organizados em algumas cidades do país. Nessa época, as lideranças do movimento operário realizavam *meetings* e comícios para a propaganda de suas idéias e também organizavam boicotes e greves, enfrentando o patronato e a polícia. As principais reivindicações foram a jornada de oito horas de trabalho (quando se trabalhava de 10 a 12 horas por dia), a abolição do trabalho infantil (crianças de seis anos eram operários) e a proteção ao trabalho da mulher, entre as mais importantes. O primeiro de maio, ensinavam as lideranças, não era dia de comemorar, mas de protestar e ganhar aliados (...).” Ângela de Castro Gomes. Fonte: Arquivo FGV/CPDOC – arquivo virtual: <http://www.cpdoc.fgv.br>.

anunciando uma nova medida de seu governo, que tinha como objetivo beneficiar os trabalhadores. Exemplos disso são as leis do salário mínimo, a Justiça do Trabalho e a Consolidação das Leis do Trabalho (a CLT), causando impacto na massa trabalhadora, que fazia da festa um momento de espera para se rejubilar com os benefícios concedidos, ao invés de reivindicar direitos.

Essa comemoração demonstrava sua natureza como espetáculo do poder, transformando o significado da data para a legitimação da política vigente, na “docilização” e educação das massas, especialmente a trabalhadora: no estádio, os sindicatos e demais trabalhadores permaneciam nas arquibancadas e, durante os momentos autorizados, eles passavam em desfile carregando faixas, retratos de Getúlio Vargas, como num cortejo cívico - neste sentido, muito próximo às procissões religiosas. O ritual festivo denotava a política de exaltação nacionalista e de modernização, realçando símbolos dados como “eminente nacionalista” e representações que pudessem exprimir a força da nacionalidade brasileira no ensejo da construção de uma identidade nacional coletiva. Os discursos do presidente, inclusive anunciando as concessões trabalhistas na comemoração da data, eram retransmitidos por meio das rádios para todo o Brasil e em alto-falantes nos centros das cidades brasileiras.

Da mesma forma que as festas do Dia do Trabalho são utilizadas como ocasião para o movimento operário internalizar seus valores, suas palavras de ordem, fazendo da manifestação de união dos trabalhadores uma forma de expressar as reivindicações proletárias, o Dia do Trabalho, em momentos autoritários, ganha o colorido do controle do regime. No Estado Novo, um momento de culto às ações do governo, aos benefícios das leis trabalhistas e

legitimação do regime se intensifica por meio da festa, quebrando e inibindo as manifestações de reivindicação operárias, emitindo o significado da festa para a permanência da ordem vigente, sem rupturas.

Em momentos cívicos, os ritos têm ressonância nos costumes e práticas já estabelecidas, oferecendo oportunidades de legitimação de crenças e tradições:

(...) O rito institui, na medida em que sanciona e santifica uma ordem estabelecida. Notificando a alguém aquilo que ele é, o ato solene de investidura (de passagem) produz o que designa (“magia performativa”), tem um efeito de atribuição estatutária, encoraja o promovido a viver de acordo com as expectativas sociais ligadas à sua condição (...)⁸³.

Os atos solenes repetitivos e codificados de “ordem verbal, gestual e postural”⁸⁴ têm forte impressão no convencimento. Segundo RIVIÈRE, “algumas manifestações públicas ritualizadas, ao afirmar a integração de coletividade, exibem uma identidade e exprimem a vontade de existir na comunhão de certos ideais”.⁸⁵ A denominação de “festa”, declarada nas cerimônias cívicas, vem escamotear os conflitos inerentes ao seu caráter disciplinarizador e propor um clima de euforia e comemoração⁸⁶, mas no seu bojo estão os ritos fundados pelo poder vigente como legitimadores de uma ordem, não implicando assim uma participação ostensiva de todos os grupos sociais presentes. No entanto, esses mesmos ritos são internalizados e apropriados a partir dos referenciais de inteligibilidade do público presente na festa, e somente são fundados por meio dos referenciais culturais já

⁸³ RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago Ed, 1989. (tradução Maria de Lourdes Menezes). p. 23.

⁸⁴ Idem, p. 13.

⁸⁵ Idem, p. 13.

⁸⁶ No discurso sobre a Festa do Trabalho presente na imprensa era muito comum a atribuição da promoção da festa ao operariado, como manifestação de agradecimento e regozijo; no entanto, toda a organização solene estava a cargo do Estado, que impulsionava outras instituições públicas e privadas na comemoração da festa, de forma direcionada e autoritária.

pertencentes ao imaginário coletivo. Neste sentido, pode-se inferir que as festas do Dia do Trabalho, embora se constituindo numa cerimônia cívica, mesmo quando produzidas em momentos de autoritarismo político, com um maior controle e direcionamento do Estado, configuram-se, por meio dos seus ritos, em demandas da sociedade e do poder político existente.

Os ritos apenas são possíveis se têm ressonância nas mentes e corações daqueles que os organizam e de muitos que deles participam, a partir das vinculações no universo cultural coletivo. Desta forma, o conceito de imaginário social e seus desdobramentos é de suma importância para o entendimento dos ritos que já estão construídos e que se constroem, e muitos são legitimados pelo público presente nas festas. As referências sacralizadas nas celebrações cívicas são bases para o discurso político e para sua manipulação simbólica. Neste sentido explica-se o mito construído em torno de Getúlio Vargas como o salvador do País e promotor das oportunidades e conquistas sobre o trabalho. As festividades do Dia do Trabalho em Minas Gerais tinham suas programações descritas detalhadamente nos órgãos de comunicação. Nos jornais, no dia da festa e durante todo o mês de maio, relatavam-se fartamente as festividades que ocorriam nas diversas cidades do Estado, em vários locais, tais como: grupos escolares, ligas operárias, sindicatos, na Confederação Católica do Trabalho, associação dos escoteiros, dentre outros. O governador Benedito Valadares proferia seus discursos sobre a data nas solenidades públicas, também retransmitidos pelos órgãos de comunicação.

A partir de 1939, em Belo Horizonte, as festividades do Dia do Trabalho também aconteceriam na forma de paradas cívicas dos trabalhadores. Essas atividades, organizadas pelo Ministério Regional do Trabalho, reuniam,

primeiramente, vários representantes de sindicatos na sede da Inspeção Regional do Trabalho, para o hasteamento da bandeira nacional e proferimento de discursos. Em seguida, havia hora marcada para o deslocamento dos participantes para a Feira Permanente de Amostras. Neste local ficava agendada uma retransmissão pública do discurso do presidente Getúlio Vargas no estádio Vasco da Gama, pela Rádio Inconfidência. Após o discurso do presidente, os operários e representantes dos sindicatos deslocavam-se para o estádio Paysandú⁸⁷ para concentração trabalhista, lugar onde seriam proferidos vários discursos pelas autoridades públicas mineiras e onde seriam exibidos filmes relatando a vida de Getúlio Vargas e os feitos de seu governo.

A ação das festas na imprensa mineira era referenciada por um comportamento de passividade e agradecimento dos trabalhadores, lembrando a capacidade que o povo mineiro tem de ser “bom exemplo e conservador em suas origens”. As representações derivadas do conservadorismo mineiro emplacarão os discursos sobre o Dia do Trabalho no Estado, na conduta dos operários, nas relações com a educação e com a família mineira “cristã, trabalhadora e ordeira”, representativa de uma das maiores conglomerações católicas do País:

(...) Conquanto todas as solenidades se revestissem de um cunho nitidamente popular, não se verificou qualquer incidente ou atropelo, tendo as massas trabalhistas desfilado pelas ruas da cidade com absoluta ordem e verdadeiro espírito de disciplina.

O fato é digno de ser evidenciado, porquanto em tantos outros grandes centros urbanos as grandes demonstrações trabalhistas servem de ensejo para os anarquistas e derrotistas darem expansão aos seus sentimentos subalternos. Em Belo Horizonte, porém, embora seja um núcleo operário denso e numeroso, as comemorações do “Dia do Trabalho” vêm positivar sempre as normas rígidas e pacatas de conduta das classes proletárias, que

⁸⁷ Tanto a Feira Permanente de Amostras quanto o Estádio Paysandú ficavam no centro da cidade de Belo Horizonte, próximos a bairros operários, como a Lagoinha.

se impõe à admiração e aos aplausos do povo geral por essa característica bem típica da índole conservadora da nossa gente (...)⁸⁸.

É importante destacar que, mesmo que os jornais estivessem sob censura, é possível perceber a influência das diferentes conjunturas na produção dos discursos neles presentes. Após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o discurso do sacrifício ligado ao trabalho acentuou-se como motivador para a conquista da vitória na guerra. Nesse momento o Brasil lutava junto aos Aliados contra o nazi-fascismo; a boa convivência entre o presidente Vargas e Hitler, evidenciada pela imprensa no início do Estado Novo, cedeu lugar às críticas ao ditador alemão, acirrando a aversão aos estrangeiros, principalmente alemães, japoneses e italianos.

A princípio, as manchetes dos jornais sobre a II Guerra Mundial, de ataques ao nazi-fascismo, contrastavam com os louvores, nos mesmos jornais, ao Estado Novo, também de cunho autoritário. Quando, em 1945, no fim do regime, já eram anunciadas as eleições, e os jornais já não se encontravam sob censura, os discursos dos opositores eram acusatórios ao regime e sua aproximação com o nazi-fascismo. Essa nova conjuntura, porém, não afetou substancialmente a organização das festas do Dia do Trabalho, nem em Minas Gerais nem no restante do Brasil, pois elas continuaram a ser celebradas como antes, em seus discursos e sua forma de organização: apenas se modificaram os grupos que dela se aproveitavam como instrumento de legitimação de posições. Esse discurso não era mais direcionado para a exaltação do Estado Novo, mas continuava a valorizar as mesmas noções de trabalho. Evidentemente, isso ocorreu porque Vargas contava com a adesão e a

⁸⁸ Jornal *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 03 de maio de 1938, p.3.

simpatia da maioria da população de trabalhadores brasileiros, chegando alguns grupos a defender sua permanência no poder, como o movimento queremista, composto por trabalhadores, que tinha o lema “*Queremos Vargas com ou sem Constituinte*”.



Manifestações queremistas no Palácio Guanabara, 1945. Rio de Janeiro (RJ).

(CPDOC)⁸⁹

2 – ESCOLA E FESTA DO TRABALHO

As festividades do Dia do Trabalho envolvendo os estabelecimentos do ensino primário ocorriam nos Grupos Escolares, e também nos estabelecimentos de ensino secundário, nas instituições de ensino superior e em associações culturais e de classe. O público-alvo dessas comemorações eram os operários, sindicatos e trabalhadores nacionais, não inviabilizando,

⁸⁹ Fonte: FGV/CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil. Arquivo Virtual: <http://www.cpdoc.fgv.br>.

porém, o investimento maciço, nas escolas, das noções de trabalho, reforçadas pela data comemorativa.⁹⁰

Nos estabelecimentos tais como Grupo Escolar Flávio dos Santos, Instituto João Pinheiro, Escola Alfredo Pinto, Ginásio Mineiro, Ginásio Anchieta, Ginásio Afonso Arinos, Escola Normal (com o envolvimento das professoras nas atividades), Instituto Pestalozzi, Abrigo de Menores, Escola Infantil Marciano Ribeiro, as comemorações geralmente constituíam-se de missa, hino ao trabalho, palestra ou preleção do tema *trabalho* por um professor ou diretor, apresentações dos alunos com redações e declamações sobre a data, atividades esportivas, hino nacional.

A noção educativa do trabalho perpassava toda a sociedade, e, na escola, por ser *locus* formador das novas gerações, a educação pelo trabalho e para o trabalho toma espaço nos investimentos do governo, principalmente por meio dos materiais escolares e extra-escolares. Mesmo que a escola apareça mais diluída no espaço público, nas festividades do Dia do Trabalho dá-se ênfase ao tema *trabalho* no interior das escolas e também nos projetos e discursos do governo para a infância e juventude, futuro da nação trabalhadora e patriota.

Antes da década de 1930, as lições sobre trabalho, com cunho religioso, para a conquista das virtudes do indivíduo e redenção de si mesmo sempre estiveram presentes nos livros de leitura e de moral e cívica; após 1930, sobretudo no Estado Novo, além desta conotação, percebe-se uma crescente referência à criança operária. É notória, assim, a tentativa de “proletarização” da infância, ultrapassando o sentido religioso e virtuoso para o social e econômico.

⁹⁰ Boa parte das informações sobre as festas do Dia do Trabalho, em detalhes, foram extraídas do Jornal *Estado de Minas*, que publicava assiduamente matérias e reportagens sobre as festas cívicas do Estado Novo em geral.

Gustavo Capanema, ministro da Educação, tinha como meta a criação de um sistema de ensino profissional no nível da educação secundária, o que explica também o investimento das noções de trabalho na infância. Contudo, a educação profissional continuou para as classes mais populares, e a regulamentação das profissões técnicas não foi alcançada; o sistema não conseguiu ficar sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde, tendo o Ministério do Trabalho mais força para criar um programa de educação profissional.⁹¹ Também foi preocupação do Ministério da Educação e Saúde e do Ministério do Trabalho regulamentar, desde o Governo Provisório, medidas que protegessem a infância no trabalho assalariado e vetassem o trabalho do menor de 14 anos nas indústrias, instituindo também a carteira profissional para os menores de 18 anos, no ano de 1941⁹². As medidas ligavam-se ao quadro de exploração de menores no trabalho, compondo a legislação trabalhista de amparo ao menor. Ao mesmo tempo, como função educativa, cabia ao Estado e às escolas incentivar o trabalho como formador para a geração que viveria, no futuro, os resultados da política trabalhista do governo.

Segundo SOUSA:

“(...) O alcance deste progresso econômico e social estava necessariamente vinculado a dois fatores de extrema importância na obra de edificação de um Estado Nacional Forte, unido e coeso: a saúde e a educação das gerações novas. Para crescer e desenvolver-se, o Estado precisava compor de cidadãos selecionados por meio de processos eugênicos, saudáveis física e mentalmente, e para tanto impunha-se a tarefa de proteger e assistir a maternidade, a infância e a juventude (...)”⁹³.

⁹¹ Ver: SCHWARTZMAN, Simon et. al. *Tempos de Capanema*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 267-268.

⁹² SOUSA, Cynthia Pereira de. *Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas*. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Capanema: o ministro e seu Ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 239.

⁹³ Idem, p. 247.

Fazia-se necessário assistir a maternidade, infância e juventude como forma de disciplinarização do corpo e da saúde para o trabalho e para a projeção de uma geração “nova”, controlada a partir dos valores morais e das práticas estabelecidas como “sadias” pelas elites políticas. Com isso, além do controle das massas, o Estado teria um desenvolvimento econômico e social sustentável com perspectivas de futuro, de forma a manter um forte convencimento e poder de persuasão junto às massas. Essa ação disciplinarizadora tem, nos materiais que circulavam entre os professores e as crianças, fortes aliados de doutrinação. Conforme se constata na história abaixo, presente no suplemento infantil do Jornal *Folha de Minas*, a propaganda deliberada do governo manifesta-se nos materiais produzidos na época; em sua grande maioria, além da ênfase nacionalista e das conexões com o trabalho, estão as relações tumultuadas com o diferente, camufladas num discurso igualitário, mas cuja essência é o ataque e a antipatia ao agente externo ou que desabona a ordem vigente:

Mamãe

Mamãe!... Eu gosto muito de minha mãezinha. Tudo que eu preciso ela me dá: desde o leite que me alimentou ao seu seio até os meus vestidinhos de organdi que ela própria costura com carinho.

Ela é que me ensinou a andar. Ela é que me ensinou a falar. Mamãe, sabe o que eu preciso e se ela o tem não me o nega.

Quando a menina do vizinho quer bater-me eu corro para junto de minha mãezinha, e sii (sic) estou em segurança. Nos braços dela estou bem guardada, ninguém me bate. Mamãe é forte. Mamãe é bonita. Mamãe é respeitada. Ela nunca saiu de casa para insultar as mães de outras meninas, nem vive discutindo com as vizinhas. Todas as vezes que recebemos visitas, Mamãe as cerca de gentilezas, oferece-lhes doces e licores, e leva-as ao terraço para apreciarem o lindo panorama da cidade. Conversa sobre assuntos de interesse econômico ou sociais e não consente que eu seja descortês e nem que tome os brinquedos das outras meninas.

Mamãe me disse que nós somos queridas e consideradas porque Papai é muito bom. **Ele trabalha para sustentar a nossa casa, para nós não precisarmos tomar dinheiro emprestado a ninguém.** Em casa nós não brigamos, vivemos todos em harmonia, não há escândalos, Mamãe trabalha e eu estudo e brinco.

A filha de Dona Clara que morreu no ano passado foi morar com a tia. É tratada como uma estranha. Não ganha mais brinquedos, nem beijos, nem nada... Como é triste não ter mãe!

Eu gosto muito de minha casa. Perguntei à mamãe de quem é a rua. Ela disse que era nossa também. De quem era a praia: nossa também. De quem era o mar: nosso também até três milhas de distância, na direção do sol nascente e numa extensão de 3577 milhas ao longo da costa. Então eu posso comer, passear, tomar banho de mar, viajar em navio muito, muito, e sempre no que é nosso!

Eu ando da sala para a cozinha, do meu quarto para o jardim, sem pedir licença, porque estou na minha casa. E passeando de uma rua para outra, de uma cidade para outra cidade, de um Estado para outro Estado, não preciso pedir licença a ninguém porque estou na minha Pátria.

Minha Pátria! Como é bom ter-se uma pátria bela, grande, forte, bonita e respeitada! Não ter pátria é assim como não ter mãe. **Viver em terra alheia é como viver na casa dos outros. A gente precisa indagar quais são as regras a observar para não desagradar o dono da casa.** Ninguém possui a mesma liberdade que um “filho da casa”. Se a menina que vive na casa alheia é tratada com o mesmo carinho, considera aquilo como um favor, **um excesso de bondade do dono da casa.**

As pessoas que ajudam Mamãe, isto é, a cozinheira, a arrumadeira, a copeira, a minha professora, não são intrusas na nossa casa, são pessoas necessárias e Mamãe exige que eu as respeite. Elas têm liberdade de ficar em nossa casa somente enquanto quiserem. Quando não quiserem mais, Mamãe não se zanga, faz as suas contas e deixa-as ir embora. Não admite que eu as humilhe ou trate mal.

E tai quase em toda minha Pátria (sic). No meu Brasil todos os estrangeiros são bem tratados. Alguns são simples visitantes, às vezes de cerimônia. Recebemo-los com cortesia e eles se vão embora; são os turistas, os expedicionários, os diplomatas estrangeiros, os chefes de Estado de outras nações. **Outros são os auxiliares de nossa Mãezinha – PÁTRIA – cujos serviços ela recompensa regiamente.** Alguns até enriquecem, e suas propriedades são respeitadas. **São os emissários da civilização americana e europeia. Os técnicos da cultura asiática. Os proletários laboriosos que já não encontram trabalho em suas pátrias.** Todos nos merecem a nossa consideração, desde o mais humilde ao mais elevado na escala social. **E eles nos respeitam. E eles nos respeitarão. A nossa Pátria não é Terra de Ninguém. O Estado Novo, o Governo Forte é o dono da**

casa. O Governo é quem impõe respeito à nossa Pátria. E a nossa Pátria sente-se ainda mais fortalecida pelo amor de seus filhos.

Brasil, minha Pátria! Eu te amo pela liberdade que impera em teus domínios. Minha Pátria, eu te amo porque não fazes seleção entre teus filhos. Todos são dignos de teu amor, não há desigualdade de tratamento. Tu trata o negro, como trata o branco. O ateu é tratado com a mesma humanidade que os católicos, judeus e protestantes. **As tuas escolas estão abertas a todas as crianças, sem preconceito de casta ou posição social.** E como todos são iguais perante a lei, **aquele que erra é castigado**, sem que se indague a sua procedência.

Brasil, minha Pátria, não deixarei que subvertam a ordem no teu território. Brasil, minha Pátria, não permitirei que derrubem o teu Governo⁹⁴.

O reforço da união sujeito-trabalho-pátria é marcante nas composições de alunos e histórias para as crianças, como no caso acima. Um exemplo nesta história é o pai, muito bom, porque trabalha e sustenta a casa, não pegando dinheiro emprestado de ninguém (leia-se, conforme comparação, não invadindo a propriedade alheia e nem a terra dos outros, como o “estrangeiro”), sendo sinônimo de respeito e admiração pelo seu trabalho. Nos materiais didáticos para a infância, essa referência aparecerá em abundância. Também nestes materiais, a mesma referência é complementada pela idéia da criança que já nasce para o trabalho, a criança trabalhadora, que vai perdendo sua identidade infantil, espelhando-se em seus pais trabalhadores. Nos livros para o ensino primário, de orientação cívica e moral, também de ajuda ao aprimoramento da leitura, publicavam-se ilustrações das crianças trabalhando e lições com referência à escola do trabalho - a escola da vida.

⁹⁴ GAMA, Almerinda Farias. “Mamãe”. *Jornal Folha de Minas*. Belo Horizonte, 15 de maio de 1938, p. 3 (suplemento infantil) – grifos meus.



A figura da criança operária, numa capa de livro destinado à infância, é recorrente nos materiais didáticos e nas escolas, que formam a infância para o trabalho⁹⁵.

⁹⁵ FONTES, Ofélia e Narbal. *Companheiros* – História de uma cooperativa escolar. 4 ed. São Paulo, RJ, BH: Livraria Francisco Alves, 1945. (Biblioteca do Centro de Referência do Professor de Minas Gerais, Belo Horizonte).



Página de “O Álbum da Juventude no Estado Novo”. A referência ao trabalho, já na infância, vinda da mãe, é lição recorrente nos materiais didáticos⁹⁶.

Na história a seguir, integrante de um livro de leituras para o ensino primário, a ênfase na distinção de cada profissão, para cada aluno, faz do espaço escolar, além do lugar para a instrução, um ambiente formador da instrumentalização para o trabalho:

O Trabalho

Na escola de Cláudio todos trabalham.
Logo de manhã um menino da cada turma rega o canteiro que pertence à sua classe.
Antes do recreio uma turma de meninas vai à cozinha ver como se faz a sopa.

⁹⁶ O Álbum da Juventude no Estado Novo. Publicação do DIP. (Museu da Escola de Minas Gerais, Belo Horizonte).

Outra turma aprende a cooperar, ajudando no preparo dos pratos e colheres!

Todos os alunos estão convencidos de que o trabalho enobrece e ninguém se furta a trabalhar.

Nas classes mais adiantadas cada aluno se exercita numa profissão: são aprendizes de carpinteiro, de marceneiro, de torneiro, de pedreiro, de entalhador, de jardineiro, de empalhador.

As meninas também trabalham em jardinagem, costuras, cozinha, lavagem, bordados.

No dia 1º de maio, dia da festa do Trabalho, há grande alegria na escola de Cláudio.

Os alunos cantam hinos elogiando o trabalho, representam peças em que se vêem trabalhadores, ferramentas, utensílios, máquinas, tudo quanto indica uma profissão, uma atividade.

Cláudio e seus colegas não levam somente livros e cadernos: cada um carrega uma ferramenta, uma planta, um pedaço de madeira ou de folha, qualquer coisa para fazer.

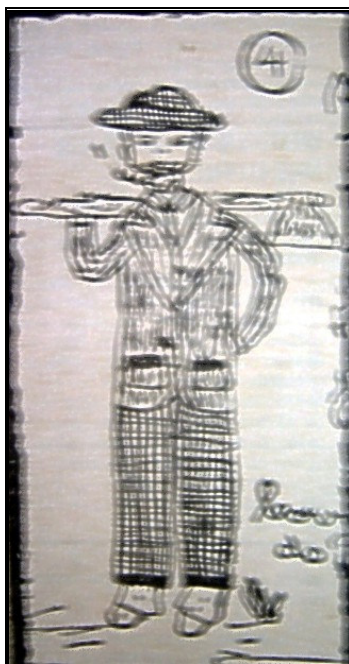
Por isso, quando eles passam, todos dizem:

_ Lá vai um aluno da **Escola do Trabalho**⁹⁷.

Os utensílios, máquinas e profissões enumerados na lição denotam o investimento na infância para o futuro trabalhador, que já era “preparado” no ambiente escolar. A referência ao dia 1º de Maio, feita na lição acima, é comum neste tipo de material, com a idealização de como ele seria comemorado na escola. As histórias dos livros de leitura têm clara relação, neste aspecto, com as descrições presentes nos jornais sobre como se realizavam, efetivamente, as festividades do Dia do Trabalho nos estabelecimentos de ensino.

Desenhos de trabalhadores feitos pelas crianças também eram comuns no Suplemento Infantil. No desenho abaixo, vê-se a referência da enxada atrás do homem, como sinônimo do trabalho que usa a força física: o símbolo mais popular do trabalhador:

⁹⁷ COSTA, Nelson. “O Trabalho”. *Primeiro livro de leituras brasileiras*. 22 ed. Rio de Janeiro, SP, BH: Livraria Francisco Alves, 1941. p. 92-93. (grifos meus)



O trabalhador, por Ignez Géa Caldas, 5 anos⁹⁸

No relato jornalístico abaixo, observa-se a comemoração empreendida no Grupo Escolar Flávio dos Santos, de Belo Horizonte, com a descrição do programa acontecido:

Revestiram-se de solenidade as comemorações no Grupo Escolar Flávio dos Santos.

O programa das festividades constou do seguinte:

1 – Hino à bandeira;

2 – **Cooperação mútua entre o operário manual e o operário intelectual**, preleção feita pela diretoria do estabelecimento;

3 – **Hino ao Trabalho**;

4 – O grande fator do progresso – leitura pelo aluno Joaquim Vtmieiro;

5 – A economia – leitura pela menina Maria da Conceição Armond;

6 – O trabalho – palestra pela menina Osima Alves;

7 – Saudação à Bandeira – por Jonas de Mello Franco;

8 – A dissipação – Por Zilah Siqueira;

9 – Conceito sobre as diversas atividades humanas, por Leda Pereira dos Santos;

10 – A Bandeira – recitativo por Laerte de Marco;

11 – Hino Nacional⁹⁹.

⁹⁸ Suplemento infantil. Jornal *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 14 de agosto de 1938, p. 4.

⁹⁹ O Dia do Trabalho. Jornal *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 02 de maio de 1937. p. 06. (grifos meus)

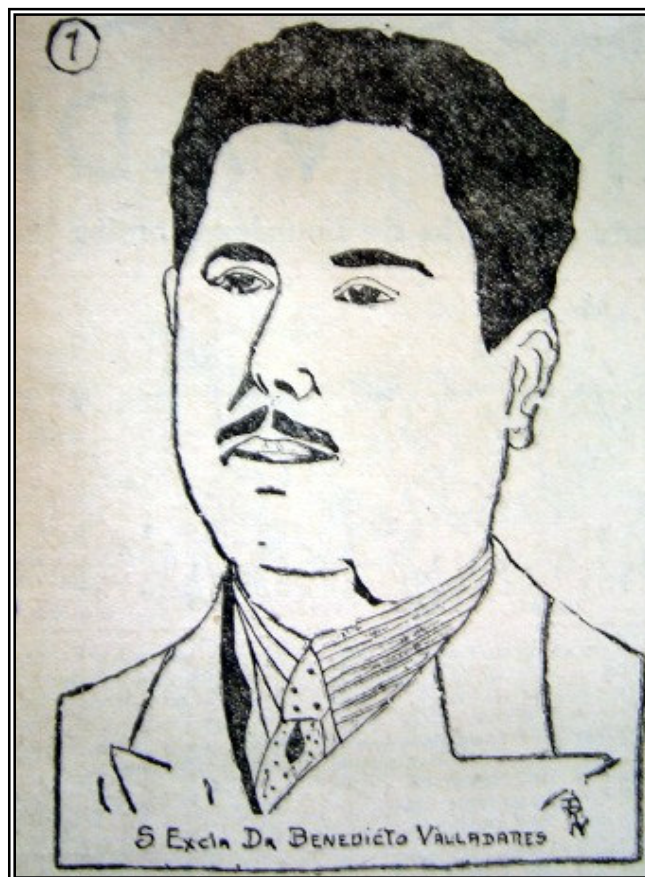
Tanto nos relatos jornalísticos, quanto nas histórias dos livros de leitura para o ensino primário, há a participação das crianças. Nestes livros, nas histórias sobre as festas do trabalho nas escolas, bastante romanceadas, as crianças aparecem participando espontaneamente, ao contrário do que se depreende da análise das descrições das festas, presentes nos jornais. Como vimos na descrição das festividades no Grupo Escolar Flávio dos Santos, a participação dos alunos nas escolas é mais formal, na apresentação de redações e declamações, constituindo-se numa solenidade organizada pela escola, com a presença de autoridades. As competições esportivas, comuns nas festividades das escolas, após a cerimônia cívica, denotam um clima de maior descontração para o público infantil, além do fundamental papel que a educação física e o esporte têm no momento para o desenvolvimento das potencialidades do corpo e, neste sentido, na conquista da “robustez” para a “melhor formação da raça”.

Durante as solenidades comemorativas do Dia do Trabalho nos estabelecimentos de ensino, retratos de autoridades como Getúlio Vargas e Benedito Valadares eram inaugurados, evidenciando a influência direta da política personalista nas comemorações cívicas nas escolas. Também ao longo do ano, desenhos dessas autoridades feitos pelas crianças eram publicados nos suplementos infantis, que chegavam a oferecer moldes de como desenhar o rosto de Benedito Valadares e de outras personalidades políticas.



Suplemento infantil. Jornal *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 29 de janeiro de 1939, p. 2.

A figura austera do desenho a seguir, feito por uma criança, indica que elas se apropriavam dos modelos que circulavam na mídia, nas comemorações festivas e nas escolas, onde sempre havia retratos do governador Benedito Valadares e do presidente Vargas expostos em locais visíveis.



Retrato do governador, por João Raymundo Nogueira¹⁰⁰

A política envolvia-se intensamente nos projetos educacionais por meio da propaganda, que, a partir das festas cívicas, procurava a legitimação de mitos políticos nas escolas. Os suplementos infantis contavam com a participação direta de professores e alunos, que se identificavam com as histórias e participavam das mesmas, envolvendo-se na elaboração de composições, desenhos, concursos, o que favorecia o estabelecimento de uma ponte direta com o mundo da escola. A Secretaria da Educação promovia concursos entre os suplementos infantis dos principais jornais, o que aumentava o intercâmbio

¹⁰⁰ Suplemento infantil. Jornal *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 17 de abril de 1938. p.4.

entre alunos, professores e redatores em torno das idéias circulantes do período.

Nas festividades do Dia do Trabalho, eram promovidas matinês com filmes para os alunos de escolas primárias, com a presença também de alunos de outras escolas, como a de aprendizes e artífices.¹⁰¹ Esses filmes eram, geralmente, de temas sacros. O universo cultural de matriz religiosa ajudava a consolidar as idéias sobre o trabalho virtuoso e a necessária submissão e renúncia para conquistar virtudes. Nas composições enviadas pelas crianças para os suplementos infantis, juntamente com temas de exaltação patriótica da História nacional, uma profusão de lições com fundo moral fazia-se presente, explicitamente amparadas na cultura religiosa:

O valor do trabalho

O trabalho dignifica o homem. Havia em uma cidade um casal que tinha dois filhos.

O mais velho tinha oito anos e chamava-se **José**, o mais novo tinha sete e chamava-se **Pedro**.

José era muito desobediente e preguiçoso, não queria trabalhar; o pai mandava-o para a escola e ele ia jogar bola com os outros meninos vadios. Era muito vadio, brigador, bebia, fumava, jogava, e fazia muita coisa feia.

Pedro era um menino bom, obediente: o pai mandava-o para a escola e ele ia direitinho.

Quando terminava as aulas ele voltava diretamente para casa. Era um menino sincero, alegre, estudioso e muito aplicado.

Nisso foram crescendo.

José tornou-se um ladrão, por que não queria trabalhar e Pedro tornou-se, pelo contrário, um homem distinto, muito estimado, **e enriqueceu-se por meio de seu trabalho.**

José um dia foi roubar uma fazenda, o fazendeiro acordou e deu-lhe um tiro que foi certo: caiu estendido no chão morto.

Quando Pedro soube do que havia acontecido ficou muito aborrecido com a morte de seu irmão.

¹⁰¹ Muitas vezes, nessas ocasiões, eram distribuídos suplementos infantis dos jornais para as crianças.

Quem não trabalha, não pode viver, pois, o trabalho dignifica o homem¹⁰².

Luis Aristides Leite de Castro – 10 anos – Santo Antônio da Gramma – Município de Rio Casca.

A comparação de dois irmãos, Pedro e José (nomes bíblicos), sendo um “bom” e outro “mal”, está acesa no cenário cristão por meio da parábola do filho pródigo¹⁰³, em que o irmão mais novo abandona o pai, levando parte de sua herança, que ele gasta pelo mundo. Quando perde tudo, arrepende-se, retornando à casa paterna. Ao voltar, é recebido com alegria e festividades pelo pai, deixando com ciúmes o filho mais velho, que era “bom”. Na composição acima, o irmão mais velho, que não era “bom”, não estudava, não trabalhava, era um “vadio”, não se arrependia do que fazia, tem um fim “merecido”, a partir da conclusão da criança. O que também perpassa toda a lição é o sentido que o trabalho tem, amparado no pensamento burguês clássico de enriquecimento e triunfo na vida, na idéia de trabalho proporcionador da dignidade humana. Com isso, é possível inferir a interferência direta de um adulto na escrita da composição e de referências já dadas na escola acerca do trabalho como instrumento viabilizador de felicidade e enriquecimento, e do ensino religioso como norteador de comportamentos. A frase “Quem não trabalha, não pode viver, pois, o trabalho dignifica o homem”, dá indícios sobre a idéia que se deve ter a respeito daquele que não trabalha (não merece a vida), ou seja, que deve ser excluído do meio social. Isso é reforçado também nas lições dos livros de leitura para o primário, com a base religiosa:

¹⁰² Suplemento infantil. Jornal *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 28 de maio de 1944. p. 7.

¹⁰³ Ver capítulo 15:11-32 do Evangelho de Lucas.

O homem nasceu para trabalhar. Adão foi colocado no Paraíso terrestre para cultivá-lo. O apóstolo S. Paulo diz que é indigno de comer quem não quer trabalhar. Por trabalho entende-se o cumprimento dos deveres do próprio estado, quer de estudo, quer de alguma arte ou ofício¹⁰⁴.

A intolerância àquele que não esteja identificado como futuro trabalhador tem alicerce nas matrizes religiosas e é potencializada pelo discurso uniformizante da cidadania do trabalho, no âmbito social e econômico. Na escola, ela estará centrada na difusão das noções de trabalho para a formação da criança, futura trabalhadora, e reforçada pelos momentos das festividades cívicas.

Outro espaço para a inserção das crianças e jovens nas comemorações cívicas do Dia do trabalho era o da Federação Mineira de Escoteiros, que também participava ativamente das festividades políticas e escolares. Adalson de Oliveira Nascimento, em sua dissertação de mestrado, defende a idéia de como o escotismo no Brasil foi útil para a formação do ideal nacionalista e sua disseminação entre crianças e jovens, servindo aos interesses do Governo Federal e dos grupos políticos antiliberais, empenhados na construção de um Estado forte nas décadas de 1930 a 1940¹⁰⁵.

As missas para os operários também contavam com a participação dos seus filhos, demonstrando a preocupação com a inclusão da infância nas festividades da data, fora do espaço escolar, assim como ocorria com os escoteiros. A infância, para além da escola, da mesma forma, era alvo importante no reconhecimento do ideário que se pretendia projetar por meio da

¹⁰⁴ BOSCO, Dom Pe (org). *Quarto livro de leitura*. 9.ed. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1944. p. 104.

¹⁰⁵ Ver: NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. *Sempre Alerta! O Movimento Escoteiro no Brasil e os projetos nacionalistas de educação infanto-juvenil 1910-1945*. Belo Horizonte: FAFICH, 2004. (dissertação de mestrado). 174 p.

festa, constituindo-se no futuro operariado. Neste sentido é que a escola exteriorizava-se, fazendo parte do projeto de difusão do ideário trabalhista do Estado Novo, na valorização do trabalho e de sua comemoração.

CAPÍTULO III

EDUCAR POR MEIO DA HISTÓRIA:

A EDUCAÇÃO EM AÇÃO NA SEMANA DA PÁTRIA

(...) Dia da Pátria! Dia de recordações e dia de esperanças! Cimo bem alto, posto entre duas vastidões. Não é um divisor, é, sim, uma ligação – Do Brasil de ontem para o Brasil de amanhã, perfazendo, com o Brasil de hoje a eternidade do Brasil. Miradouro espiritual, dele podemos contemplar a gloriosa caminhada feita para dela aprendermos a caminhada a fazer.

Dia da Pátria! Elevação entre dois cenários que se completam num só imenso panorama, de um lado, a movimentação das cenas da formação da criação do Brasil, do outro lado, toda a extensão, toda a imensidão das possibilidades e das aspirações do Brasil (...).¹⁰⁶

1– HISTÓRIA, EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E ESCOLA

A História, seja como campo do conhecimento, seja como disciplina escolar, sempre teve um papel relevante na construção da identidade nacional coletiva. Somente no século XVIII a História se constituiu em disciplina com estatuto científico, com uma organização mais consistente, pois, até aquele momento, era vista como um conjunto de saberes ligados à teologia, marcados por uma “concepção providencialista, segundo a qual o curso da história humana definia-se pela intervenção divina”.¹⁰⁷ Com a constituição dos Estados nacionais na Europa, a História foi sendo levada para além do campo religioso, para a política, como determinante na formação de bases da própria nação, o que implica o estabelecimento de um

(...) elo social entre os indivíduos e classes, através do fornecimento de todo um repertório de tradições, símbolos e

¹⁰⁶ DRUMMOND, Magalhães. “O Rotary Club comemorou solenemente o Dia da Pátria”. *Jornal Estado de Minas*. Belo Horizonte, 8 de setembro de 1938. p 3.

¹⁰⁷ FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.21.

valores partilhados. Através da utilização dos símbolos – bandeiras, moeda, hinos, uniformes, monumentos e cerimônias – os membros recordam a sua herança comum e as suas características culturais, sentindo-se fortalecidos e exaltados pela sensação de identidade e pertença comuns. A nação torna-se um grupo de “obra de fé”, capaz de ultrapassar obstáculos e adversidades (...) ¹⁰⁸.

A História, assim, torna-se um depósito de memórias e associações, por meio da narração dos fatos do passado e da exaltação dos valores e raízes nacionais, abarcando um conjunto de acontecimentos e sentidos que fazem parte integrante das representações que unem e diferenciam determinada localidade e povo. Santos, heróis, sábios e mitos compõem as narrações da História de uma nação e configuram elementos para a formação do nacionalismo e para o fortalecimento do patriotismo. Neste sentido, é necessário ressaltar que

(...) não podemos compreender as nações e o nacionalismo apenas como uma ideologia ou forma política, mas devemos antes de considerá-los também como um fenômeno cultural. Ou seja, o nacionalismo, enquanto ideologia e movimento, deve ser intimamente relacionado com a identidade nacional, um conceito, multidimensional, e alargado de forma a incluir sentimentos, simbolismo e uma linguagem específica (...) ¹⁰⁹.

A unidade nacional e o nacionalismo estão ligados às raízes culturais de um povo, no estabelecimento de valores comuns que convergem para um grau de pertencimento e identidade partilhada e coletiva. A História legitima referências culturais e, no discurso político, é formada por bases de manipulação simbólica e convencimento das massas, sobretudo em momentos de autoritarismo político, em que se faz necessário, em maior escala, o uso da força física e simbólica para contenção e persuasão coletiva.

¹⁰⁸ SMITH, Anthony D. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradativa, 1997. p. 31.

¹⁰⁹ Idem, p. 09 e 10.

No Brasil, a História como disciplina escolar vai apenas se firmar no século XIX, após a Independência, quando se tenta instituir uma identidade brasileira para a consolidação de um Estado-nação. Em 1838 foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com o objetivo de produzir uma história nacional, para disseminá-la por meio da Educação, sobretudo no ensino de História. O conhecimento histórico produzido pelo IHGB tinha caráter oficial e aparecia nos livros didáticos da época, muitos deles escritos por autores filiados ao Instituto e professores do Colégio Pedro II¹¹⁰.

Com a instauração da República, o discurso sobre o ensino de História pauta-se pela exaltação dos valores republicanos, de ordem e progresso, contrários à antiga monarquia, antes objeto dessa exaltação. A partir do século XX, a tentativa de tornar o ensino de História definitivamente laico, com o fundamento republicano, separando-o de uma História sacra, valeu-se da ênfase na valorização de uma disciplina já criada e parceira direta do ensino de História: a “Instrução Moral e Cívica”. Essa disciplina, juntamente com o ensino de História, tinha como objetivo o reforço dos valores nacionais e dos sentimentos patrióticos da população, processo a ser iniciado na escola.

No entanto, durante as décadas de 1930-40, com a centralização das políticas educacionais, o ensino de História nas escolas ganhou relevo e importância para os valores que se queria ressaltar no ambiente político e social do momento. Com a Reforma Francisco Campos, em 1931, rompeu-se a divisão da cadeira de História do Brasil e História Universal, ao se criar a cadeira História da Civilização, no ensino secundário. A ênfase nos referenciais civilizatórios de outras culturas, junto com a História do Brasil, formaria esta

¹¹⁰ Situado na capital do Brasil, Rio de Janeiro, era o colégio-referência, na época, para as elites políticas e educacionais do País.

disciplina. No entanto, o debate da permanência ou não desta cadeira abarcando a História Universal e a História do Brasil foi rico em polêmicas por toda a década de 1930, no ambiente educacional e político. Mais adiante, na Reforma Gustavo Capanema, em 1942, há a vitória do ensino de História do Brasil, como cadeira a ser estudada separadamente, para a potencialização da formação cívica e patriótica das crianças e jovens.¹¹¹

No ensino primário, livros de educação moral e cívica eram produzidos com lições de exaltação patriótica sobre a História da nação. Os estudantes concentravam-se, no ensino secundário, no estudo da História pátria e das instituições políticas e sociais. Embora nesse nível de ensino o tratamento fosse mais verticalizado, com o uso de manuais específicos para o estudo da História, foi também relevante o investimento feito no ensino primário, em relação às referências cívicas envolvendo a História nacional, com a profusão de lições e leituras de culto aos “grandes acontecimentos” e heróis pátrios visando o despertar do sentimento patriótico. O culto à pátria, como um território “espiritual”, em que reine o sacrifício e trabalho, referendava-se nas lições, principalmente nos idos de 1940, do contexto de guerra:

A Pátria

**Todo aquele que sente palpitar alguma coisa dentro do peito,
deve estar intimamente ligado à idéia de defesa de seu país.
Baden Powell**

Amar a Pátria, servindo-a fielmente na paz e na guerra, é um dever e, mais que isso, um juramento que, pela fé dos nossos homens e pelo exemplo do nosso passado, deve florir, espontâneo em esperança e em alegria, do coração dos jovens brasileiros.

A primeira condição para que um jovem possa amar a sua Pátria, é conhecê-la através do seu passado, no seu

¹¹¹ Ver: REZNIK, Luis. *Tecendo o amanhã: a História do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos. 1931 a 1945.* Universidade Federal Fluminense: Niterói, 1992 (Dissertação de Mestrado).

presente, conhecê-la em todas as suas manifestações – da terra e dos homens.

É preciso, portanto, em primeiro lugar, que se tenha uma noção do que é a Pátria, estudando a sua história e apreciando as virtudes cívicas dos seus heróis. Conhecido o seu passado pela recordação dos fatos que mais a enobrecem, estudemo-la no seu presente, para bem amá-la e melhor servi-la.

A Pátria é a nossa mãe comum. **Devemos amá-la com um amor religioso que nos integre dentro de sua própria consciência;** amá-la com fé e entusiasmo para que sua imagem seja sempre presente em nosso coração e em nosso espírito.

A Pátria - é preciso compreender – não se restringe ao berço; é ampla, é imensa, abrange, numa complexidade de elementos – a raça, a língua, **os feitos da história**, a terra e o homem.

Rui Barbosa, que tão bem soube dignificá-la, escreveu: “Ela é o céu, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados; a comunhão da lei, da língua e da liberdade”.

O Brasil é a nossa Pátria. A ele devemos o nosso amor e o nosso culto – amor e culto iguais em todos os corações. Amá-lo e servi-lo com solicitude, propugnar pelo seu progresso moral e material, defendê-lo de seus inimigos e sagrar à sua glória todo o nosso esforço e a nossa fé, na certeza de vê-lo sempre aumentado nos conceitos das grandes nações do globo – é uma obrigação fundamental, a nossa maior obrigação.

Basta para isso que cada um de nós cumpra o seu dever na atividade a que se votar e a Pátria se sentirá feliz com seus filhos. Sem alarde e exibições o patriotismo está em sermos dignos do Brasil, amando-o, honrando-o, servindo com honestidade.¹¹²

A necessidade do estudo da História, para melhor amar e servir a sua pátria, nesta “relação maternal” - Pátria como mãe coletiva - denota o ensejo educativo que a História tem na formação da identidade individual e coletiva e também sobre a própria concepção de pátria. Segundo Reznik: “(...) no discurso estadonovista, pátria é uma categoria central (...). Deseja-se que os indivíduos estejam unidos em torno de um mito – uma totalidade orgânica -, que se constrói pelo culto de suas tradições, de seu passado, de sua vocação

¹¹² SANTOS, Máximo de Moura. *O pequeno escolar*. 4º Livro. 33ªed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. p. 09-11 (para o último ano dos grupos escolares e admissão aos ginásios). Esta lição é acompanhada de um mapa do Brasil e um “Elucidário” com os sinônimos das principais palavras e conceitos. Grifos meus.

(...)”.¹¹³ A vocação patriótica era potencializada desde o ensino primário, por meio de lições, ensinamentos, festividades e práticas de culto ao civismo.

Nos jornais da época, matérias especiais congratulavam o ensino primário pelo excelente desenvolvimento e, aos professores deste ensino, pela vocação patriótica, denotando uma idéia de justiça do ensino primário em relação ao regime, principalmente depois da criação da Comissão Nacional do Ensino Primário, pelo ministro Gustavo Capanema, em novembro de 1938. A valorização dos personagens históricos e da memória pátria é um dos pontos fundamentais do Estado Novo, para se criar, por meio do exemplo de fatos e mitos passados, uma comparação com o momento presente, tornando o regime um ponto de ligação entre o passado glorioso e a prosperidade do futuro. Os discursos dos grandes heróis e presidentes da pátria convergiam para a atualidade, àquele que emblematicamente teria vindo para salvar o país dos males do “estrangeiro”, da desordem, do comunismo e instaurar a longevidade dos direitos dos trabalhadores. Os discursos do chefe da Nação, também presentes em materiais didáticos, impunham a necessidade de impulsionar o patriotismo, como nesta página de “O Álbum da Juventude”, que contempla imagens e textos, esses retirados de discursos, manifestos e entrevistas de Getúlio Vargas à imprensa:

¹¹³ REZNIK, Luis. *Tecendo o amanhã: a História do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos. 1931 a 1945*. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 1992. p. 107. (Dissertação de Mestrado)



Página de "A Juventude no Estado Novo". Publicação do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda. Museu da Escola de Minas Gerais. Centro de Referência do Professor.

Essa fala de Getúlio Vargas, em “O Álbum da Juventude no Estado Novo”, dá o tom da missão do ensino primário, que, além de ser responsável pela alfabetização, deveria, também, desde a infância, inculcar valores cívicos e morais, visando à formação da nova juventude e, por conseguinte, o futuro do País. O nacionalismo sadio pretendido pode ser compreendido por padrões de conduta e valores tidos como corretos e recomendáveis, os quais seriam úteis na formação individual e coletiva. Seu oposto era “um outro possível nacionalismo”, não sadio, contrário às noções e práticas do regime, e que deveria ser combatido. Na imagem acima, a figura do menino que ajuda a mulher a se levantar – possivelmente a professora, por se tratar do ensino primário e da educação escolar – evoca o respeito e o devotamento da criança perante a educadora e quase mãe, pelo seu olhar de ternura e agradecimento. O menino, ordeiro, delicado e gentil, é o sinônimo desta geração, que teria que ser educada pelos “princípios uniformes de disciplina cívica e moral”. A eficiência da escola primária estava, pois, na base de formação desta geração patriótica, expressando o investimento, na escola primária, das noções de trabalho e de impulso ao patriotismo, por meio das leituras infantis de caráter moral e cívico e de aprimoramento da leitura na escola, além dos suplementos infantis publicados nos jornais e da participação nas festividades cívicas.

2 – A SEMANA DA PÁTRIA NA ESCOLA

O dia 7 de setembro, comemoração da Independência do Brasil, foi uma das datas cívicas mais celebradas no Estado Novo, tendo a escola como um dos principais centros das realizações festivas. Nessa ocasião, também chamada de Dia da Pátria, as festividades incluíam outros dias da semana, envolvendo a escola, cujo público-alvo eram os jovens e as crianças, constituindo-se, assim, na Semana da Pátria. O calendário festivo compunha-se do Dia da Raça, 03 de setembro; do Dia das Escolas, 06 de setembro; e do dia 07 de setembro, comemoração da proclamação da Independência.

Na capital do País, a data de 7 de setembro era comemorada com desfiles dos militares e de diversas associações, principalmente no estádio do Vasco da Gama, com a presença de autoridades políticas e educacionais. O presidente Getúlio Vargas fazia seu habitual discurso sobre a data, acontecendo, depois, as apresentações artísticas que envolviam temas nacionais, sempre com a participação das crianças. Bandeiras do Brasil e uma ornamentação verde e amarela compunham o cenário de exaltação dos símbolos nacionais.

A data representava, no discurso do governo e da imprensa em geral, um momento em que, por meio da comemoração dos fatos do passado, se projetavam no presente a força e o exemplo para superação dos problemas vigentes e a vivência da fé patriótica:

“(…) Brasileiros! O ano cento e vinte e dois da Independência nos encontra empenhados numa luta decisiva para os destinos da Pátria. As solenidades promovidas para celebrar esse magno acontecimento, não podem, por isso, limitar-se às simples expansões de regozijo cívico. Somos obrigados a lembrar, com as glórias do nosso passado, as graves responsabilidades dos

dias presentes, os deveres e os compromissos que nos cabem na defesa da dignidade nacional (...)"¹¹⁴.

O passado é força que vem como inspiração para fazer o País mais coeso e firme no enfrentamento de seus problemas, que naquele momento circulavam, em sua maioria, em torno da participação do Brasil ao lado dos aliados, na II Guerra Mundial.

A Semana da Pátria era festejada com bastante alcance nos lugares públicos, em Minas Gerais, tendo o seu auge no dia 7 de setembro. As reportagens de jornal descrevem as comemorações em plano nacional, focalizando as festividades nas principais capitais brasileiras. Além de Belo Horizonte, havia também referências a outras cidades mineiras: Itaúna, Juiz de Fora, São João del-Rei, Manhuaçu, Itabira, Bom Sucesso, Jacutinga, Piranga e outras.

Desde o início do mês de setembro, os jornais divulgavam a agenda das atividades cívico-esportivas para a comemoração da data, publicando, ainda, a programação dos temas das palestras e dos discursos a serem proferidos. A grande maioria dessas atividades era realizada pelos grupos escolares, e os pronunciamentos alusivos à data eram ministrados por professores, diretores e alunos, perante as "grandes autoridades" convidadas. Além da participação das escolas nesses eventos cívico-esportivos, muito difundidos no Estado Novo,

¹¹⁴ Trecho do discurso do presidente Getúlio Vargas, no estádio São Januário. Jornal *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 08 de setembro de 1943. p. 1

¹¹⁶ É sugestiva a ausência de um importante clube esportivo de Belo Horizonte, o atual Cruzeiro Esporte Clube. Fundado pela colônia italiana da cidade nos anos 20, com o nome de *Societá Sportiva Palestra Itália*, ele foi obrigado a mudar de nome, pelo decreto lei do governo federal que impedia o uso de termos das nações inimigas em entidades, instituições, estabelecimentos. A "diretoria e os sócios do clube levaram dez meses para criarem um nome e um novo símbolo para o clube que fosse totalmente brasileiro. Em outubro, um consenso dos diretores aprovou o nome Cruzeiro Esporte Clube por ser a constelação do Cruzeiro do Sul o maior símbolo da pátria brasileira." <http://www.cruzeiro.com.br/cruzeiro/historia/fundacao/>.

havia também festividades envolvendo os principais clubes de esportes da cidade de Belo Horizonte, como o “D. I. Sport Club”, “S.C. Paysandú”, “Atlético”, “Clube Sete de Setembro” – realizando este último, no seu aniversário de criação, um “*meeting* cívico-esportivo”.¹¹⁶

Além disso, participavam dos programas comemorativos a Academia de Comércio, academias militares, Federação Mineira de Escoteiros (“os lobinhos”), as rádios, os renomados clubes da cidade, os sindicatos de classe, lojas maçônicas, teatros, entre outros. Eram registradas solenidades e paradas militares em frente ao Palácio da Liberdade, sede do governo estadual, em Belo Horizonte, sendo que os desfiles também abrangiam as principais avenidas da cidade.

As instituições de ensino eram a grande atração das comemorações, sendo sempre relacionadas e encarregadas de organizar os eventos. A imprensa exibia com honra as escolas e suas comemorações e desfiles, a fim de mostrar a preocupação dos estabelecimentos de ensino com as “cousas da pátria”. Dava-se destaque aos alunos que participavam declamando poesias ufanísticas, presentes nas comemorações das escolas. As festas envolvendo associações culturais e os principais estabelecimentos de ensino do Estado ganhavam relevo, ressaltando-se as chamadas de referência à bela formação cultural e patriótica das crianças e jovens.

A Secretaria de Educação de Minas Gerais determinava as comemorações em todas as escolas, nos dias 4, 5, 6 e 7 de setembro. As atividades deveriam ocorrer durante o horário escolar, segundo orientação da Secretaria, que dividia as escolas participantes em blocos, a fim de que as festividades não ocorressem simultaneamente em todas elas. Essa

programação era também divulgada previamente pela imprensa. Também durante a semana, a Secretaria de Educação reforçava a orientação aos professores das Escolas Normais, aos fiscais permanentes, aos grupos escolares, às escolas reunidas e demais educandários, para o que se deveria ressaltar junto aos alunos e crianças, nas festividades envolvendo a data comemorativa da Independência:

Da Secretaria de Educação recebemos o seguinte:

“Aos senhores diretores das escolas normais, grupos escolares e escolas reunidas e professores.

Comunico-vos de ordem do Sr. Secretário, que deveis realizar, com o maior brilhantismo, as solenidades comemorativas da Semana da Pátria.

São de sobejo conhecidos os fatos que tiveram o seu remate na independência do Brasil. Agora, que o tempo já fez o seu ofício, podemos julgar, com serenidade, os acontecimentos e recompor, com segurança, a atuação dos brasileiros que, conjugando esforços e movidos pelos mesmos ideais, nos libertaram do domínio português (...).

Essas considerações vêm a propósito daquilo que desejamos lembrar aos professores: e é que, no estudo da história pátria, devem as crianças investigar e distinguir as linhas mestras que balizam a evolução do Brasil, de sorte que se informem no conhecimento dos problemas que desafiam, na hora atual, os nossos governantes. Tais problemas ora resultam de um punhado de circunstâncias, bastantes, por si só, para justificar os sacrifícios que demandam a sua pronta solução ou, outrora descuidados, voltam à tona das preocupações nacionais e **impõem uma solução verdadeiramente nacional (...).**

Parece que as solenidades cívicas, assim preparadas, vitalizam o ensino de História, porque favorecem as comparações, atualizam os acontecimentos, estabelecendo as relações de causa e efeito e equipam, melhormente, as crianças, colocando-as desde a escola, ao serviço do Brasil.

Belo Horizonte, 27 de agosto de 1940.

Eliseu Laborne e Valle, Chefe do Departamento de Educação”¹¹⁷.

¹¹⁷ Jornal *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 27 de agosto de 1940. p.3. (grifos meus)

O ensino da História pátria vem como recurso comparativo para o entendimento dos acontecimentos atuais pelas crianças, numa relação de causa e efeito, estritamente linear, com o objetivo de formação cívica e disciplinarização da infância. Essa ação é reforçada pelo momento conturbado que o País vivenciava, em pleno regime autoritário, tendo paralelo a isso, uma guerra mundial que envolvia os regimes autoritários da Europa. A escola, para o Brasil, seria modelo de conduta, amor e sacrifício patriótico, fazendo dos jovens e das crianças um exemplo para que a pátria pudesse ser educada. O imaginário construído da criança que nasce e estuda num Brasil “novo” reforçava o papel da escola e da educação como formadoras da nação, utilizando as comemorações cívicas como canais úteis de exteriorização da criança e da escola para o restante da sociedade.

Durante a Semana da Pátria, as histórias sobre a Independência eram reforçadas nos suplementos infantis e também nos livros infantis para o primário, nos quais o tema aparecia relativamente mais que os outros fatos históricos:

A independência do Brasil

Amanhã é feriado, diz o Juquinha ao chegar da escola.
Então vamos brincar muito! exclamavam as crianças.
Juquinha, sabe por que é feriado o dia 7 de setembro?
Sei, papai, a professora explicou muito bem.
Então vamos lá, diga o que sabe. Que é independência?
Vamos Juquinha, é agora, não fica para logo mais, não.
O Brasil era como um passarinho que não sabe voar.
Fica só no ninho, diz o Lulú.
O pássaro que não voa, não pode viver sozinho.
A mãe dá comida no bico.
Cala a boca, Lulú, espera.
Depois o Brasil já podia viver só.
Levantou o vô, não é? exclamaram as crianças.
E, fez sua independência.
Em que dia, Juquinha?

Foi no dia 7 de setembro que D. Pedro deu o grito: Independência ou Morte!¹¹⁸

A Independência do Brasil aparece nos livros para o ensino primário como um fato predestinado a acontecer, como no exemplo acima, no qual o Brasil já estava “amadurecido”, tal como o filho que cresce e toma sua liberdade. As comparações do Brasil com a família, para facilitar o entendimento da criança e seu necessário envolvimento, eram recorrentes, como já mencionado sobre a associação “pátria-mãe”. A História apresentada é de herança positivista, que tem como principal elemento a linearidade dos acontecimentos, caracterizando uma História determinista, que enfatiza as relações de causa e efeito. A História política tradicional, marco dessa linha metodológica, é marcada por narrações épicas, pelo culto aos grandes “heróis da pátria”. Essa abordagem já estava presente no ensino de História no Brasil desde o século XIX, com grande influência do IHGB.

Ao tratar da Independência do Brasil, os livros exprimiam o culto ao seu principal herói: Dom Pedro I. Ele era tratado como o “salvador da pátria”, personagem que resolveu todos os problemas do Brasil após o retorno de Dom João VI a Portugal. Palavras de empenho e energia, inteligência e perspicácia, eram atribuídas à sua figura. Ao falar de Getúlio Vargas, a mesma caracterização se fazia: o homem que enfrentava diversas dificuldades em nome dos anseios do País. Sua “mística” de empreendedor era valorizada na descrição de seu governo.

¹¹⁸ MARTINS, Deolinda de Almeida, etc al. *Minha leitura*. Livro do aluno. 9 ed. Livraria Francisco Alves: São Paulo; Rio de Janeiro; Belo Horizonte, 1942. p. 62-63. (Aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal e do Governo do Estado do Rio para ser adotado nas escolas primárias).

Na lição intitulada “Dia da Pátria”, há uma representação de como seriam as comemorações desta data em uma escola:

A nossa escola foi também escolhida para tomar parte nas festas do dia 7 de setembro, data da Independência do Brasil.

Há quase uma semana que não falamos em outra coisa e toda a nossa preocupação é conversar sobre esse acontecimento tão importante para nós.

As professoras contam episódios daquela época, falam dos vultos que mais se esforçaram para conseguir a nossa libertação do jugo português.

O nome de Tiradentes – o alferes Joaquim José da Silva Xavier – é citado com veneração, pois foi ele enforcado por haver sonhado com a liberdade da nossa terra, ainda nos tempos coloniais.

Carlos trouxe uma estampa representando o suplício: Tiradentes, junto à forca, o carrasco e o padre que acompanhou o mártir até o momento fatal, quando rezou o Credo.

Os vultos de Pedro I, de José Bonifácio, de Gonçalves Ledo, do cônego Januário, de José Clemente Pereira e outros, são lembrados constantemente.

Já ensaiamos vários hinos patrióticos, inclusive o da Independência e temos feito diversos exercícios de redação sobre a nossa emancipação política.

Mas de todas as estampas a que mais nos encantou foi a que reproduz o célebre quadro de Pedro Américo – O Grito do Ipiranga.

Nele vemos o príncipe regente a cavalo, cercado pelos soldados da sua guarda, no momento em que solta o célebre grito: INDEPENDÊNCIA OU MORTE, após tomar conhecimento das imposições vindas de Portugal, ordenando o seu regresso ao reino e anulando todos os atos que havia praticado em benefício do Brasil¹¹⁹.

O documento acima, mesmo idealizando as comemorações em uma escola, reflete as idéias fundamentais da educação por meio dos livros de leitura, em relação às celebrações cívicas da Independência. Expressa também a concepção de História predominante no período, com o culto aos

¹¹⁹COSTA, Nelson. *Terceiro livro de leituras brasileiras*. 3.ed. Rio de Janeiro; Belo Horizonte; São Paulo: Francisco Alves, 1942. p. 102-104. (Para o uso de crianças).

“grandes heróis do Brasil”. É possível que esse tipo de texto, como outros na mesma perspectiva, acabasse sendo apropriado por professores e estudantes na organização real de uma festa cívica, comemorativa do “Dia da Pátria”.

A figura de D. Pedro I, popular entre as crianças, mesmo fora da data comemorativa, era desenhada e enviada ao suplemento infantil, possivelmente inspirada nos livros de leitura, que continham histórias sobre a Independência:



O Imperador D. Pedro I, por Ivo Gonçalves Goulart, 10 anos (Santa Catarina)¹²⁰

¹²⁰ Suplemento infantil. Jornal *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 26 de março de 1939, p. 4.



D. Pedro I, de Floriano Mendes dos Santos, Lavras¹²¹

Bandeiras brasileiras, junto a igrejas¹²², compunham a maior quantidade de desenhos enviados pelas crianças, aparecendo com freqüência também nos livros de leitura.

¹²¹ Suplemento infantil. Jornal *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 05 de dezembro de 1937, p. 4.

¹²² Observa-se forte influência religiosa em todo o suplemento infantil, desde as lições para os alunos, até as composições e desenhos feitos por eles.



A escola e a bandeira por Zizinha Mana Protá – 8 anos (Belo Horizonte)¹²³



Lição Nossa bandeira¹²⁴.

¹²³ Suplemento infantil. Jornal *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 1939. p. 4.

¹²⁴ MARTINS, Deolinda de Almeida, etc al. *Minha leitura*. Livro do aluno. 9 ed. Livraria Francisco Alves: São Paulo; Rio de Janeiro; Belo Horizonte, 1942. p.100. (Aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal e do Governo do Estado do Rio para ser adotado nas escolas primárias).

Nas cidades do interior, os grupos escolares, juntamente com as Prefeituras, organizavam a programação de eventos e palestras durante a semana, os quais tinham como objetivo projetar ufanisticamente os vultos da nossa História. A mocidade era vista como a responsável pelo futuro do Brasil, por isso era fundamental sua cooperação e seu compromisso no culto ao patriotismo, em busca de um país cada vez melhor. Na transcrição abaixo, há um exemplo das festividades da Semana da Pátria na cidade de Jacutinga:

(...) Jacutinga, com intenso civismo, está fazendo realizar as suas festividades em que se homenageam os grandes valores da Pátria.

O Ateneu Santo Antônio liderando o movimento. Todas as noites com a presença de seu corpo docente, pessoas gradas e de todo o corpo discente, o Ginásio, em seu salão nobre, realizou sessões públicas, fazendo-se ouvir vários oradores.

Dia 1, com a presença de várias pessoas gradas e do prefeito Saretti, o diretor Francisco Cascelli iniciou os trabalhos patrióticos dessa temporada, dando as razões e necessidades de tais reuniões e as suas nobres finalidades e objetivos.

Depois de discorrer sobre o cuidado que o Ateneu tem pelas cousas sagradas da Pátria e de mostrar que os moços carecem ter pelos vultos de nossa nacionalidade um grande e elevado sentimento de veneração dá a palavra ao primeiro orador inscrito, sargento Lino Lima, professor de educação física daquele estabelecimento, que falou sobre a figura de Caxias.

Na sessão do dia 2, ocupou a tribuna o professor Francisco Batista, daquela casa de ensino, que traçou a biografia de D. Pedro I. O conferencista examinou as etapas da vida do grande monarca, que trouxe à tona todos os seus feitos e atitudes durante 50 anos de governo e examinou as qualidades honoríficas que fizeram de nosso imperador o expoente máximo da amizade e confiança de seu povo (...)¹²⁵.

Os jovens e as crianças, além de participarem das atividades cívico-esportivas nas escolas, desfilavam pelas ruas, exibindo os símbolos e as cores da bandeira brasileira. A partir de 1940, durante a Semana da Pátria, passou a

¹²⁵ Jornal *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 08 de setembro de 1938, p. 02.

ocorrer a Parada da Juventude Brasileira, em Belo Horizonte. Daquele ano até o fim do Estado Novo, essas paradas aconteceriam sempre no início de setembro, com a presença de muitos estabelecimentos de ensino. Nos jornais, reproduziam-se os *croquis* divulgados previamente, que consistiam no mapeamento de todo o itinerário da Parada da Juventude. Os colégios mostravam com garbo e entusiasmo o desfile de seus alunos.



Croquis da Parada da Juventude Brasileira, que se realizou em 1940¹²⁶, em Belo Horizonte, contando com a participação de conjuntos de corais e bandas de músicas; de escoteiros; da Escola Normal; do Conservatório Mineiro de Música; dos Colégios Imaculada Conceição, Izabela Hendrix, Sacre Coeur de Marie, Sagrado Coração de Jesus, Santa Maria, São José, São Paulo, Arnaldo, Batista Mineiro; da Escola Profissional Feminina; do Instituto Nossa Senhora da Piedade; do Orfanato Santo

¹²⁶ Jornal *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 04 de setembro de 1940. p.8.

Antônio; dos Ginásios Mineiro, Afonso Arinos, Afonso Celso, Anchieta, Marconi, Santo Agostinho, Tristão de Ataíde; dos Institutos Padre Machado e João Pinheiro; das Faculdades Brasileira de Comércio e de Comércio de Minas Gerais.

As paradas cívicas nas datas comemorativas denotam a importância que o corpo físico exerce como metáfora do corpo da nação. A educação física era obrigatória para que a criança e o jovem obtivessem uma saúde equilibrada, tornando-se “sadios” e resistentes:

(...) A educação física, a ser administrada de acordo com as condições de cada sexo, por meio da ginástica e dos desportos, terá por objetivo não somente fortalecer a saúde das crianças e dos jovens, tornando-os resistentes a qualquer espécie de invasão mórbida e aptos para os esforços continuados, mas também dar-lhes ao corpo solidez, agilidade e harmonia.

Parágrafo único. Buscará ainda a educação física dar às crianças e aos jovens os hábitos e as práticas higiênicas que tenham por finalidade a prevenção de toda a sorte de doenças, a conservação do bem-estar e o prolongamento da vida. Será, neste particular, objeto de especial atenção, o esclarecimento do papel que, na manutenção da saúde, desempenha a alimentação, e bem assim dos preceitos que sobre ela devam ser continuamente observados (...)¹²⁷.

A educação física apresenta-se nos discursos como base para o fortalecimento do corpo e de sua melhoria: sendo o corpo hábil, ele terá condições, no futuro, de trabalhar e ser útil ao País, representando o crescimento social e econômico coletivo. De acordo com Júnia Sales Pereira,

“(...) Do esforço eugenizante estadonovista decorre o papel atribuído e desempenhado pela educação física. Era urgente, aos olhos dos dirigentes nacionais, atributos, que dariam garantia de

¹²⁷ Decreto-Lei n. 2072, de 08 de março de 1940. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e juventude, fixa as suas bases e, para ministrá-la, organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. Fonte: Portal da Câmara dos Deputados. Coleção de Leis da República. (1931 a 1940). <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/república/colecao5.html>

perfectibilidade à raça nacional, massa modeladora da nação enunciada (...)¹²⁸.

Esse homem “novo”, construído por meio de uma raça cada vez mais aprimorada e representativa do País, teria na educação física uma ação disciplinadora para o combate à preguiça, ao ócio e à indolência, impulsionando o jovem e a criança do futuro para o trabalho. Essa regeneração, via referências “civilizatórias” européias, daria à nação um status de desenvolvimento econômico, caracterizando o brasileiro como o mestiço que cada vez mais se aprimora na constituição de sua raça. A exaltação da união das três raças e das questões que fossem “genuinamente” nacionais, inspiradas pelo modernismo, escamoteava ações unificantes e padronizadoras, que convergiam em essência para a construção de uma regeneração de bases “brancas” e cristãs. Segundo PEREIRA:

(...) O Estado Novo é um momento de aprofundamento dessas questões, promovendo, ao mesmo tempo, o múltiplo gilbertiano e o uno eugenizante, ou seja, o paradoxal movimento de resgate da pluralidade racial brasileira e de divulgação da idéia de que a raça era uma, homogênea e pura (...). Se por um lado, vê-se o resgate do oeste, oeste, neste caso, significando a bandeira, lugar do encontro cultural e da realização da democracia social pela homogeneização racial, por outro, realiza-se a apresentação pública de corpos fortes, sadios, eugenizados, branqueados, atléticos. O espetáculo do corpo nos eventos públicos, desta forma, contrasta com a valorização da “democracia mestiça” enunciada pela literatura (...)¹²⁹.

Essa valorização da mestiçagem exibia a tentativa de construção de uma identidade nacional coletiva, que tivesse ressonância nas matrizes culturais brasileiras. Ao mesmo tempo, mostrava-se excludente quando, simultaneamente, firmavam-se os referenciais das elites a partir daquilo que se

¹²⁸ PEREIRA, Júnia Sales. *A escultura da raça*. Juventude e eugenia no Estado Novo. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1999. p. 20 (Dissertação de Mestrado).

¹²⁹ Idem, p. 27.

esperava para o futuro do País, como representação da nação e do seu desenvolvimento social e econômico. Caberia estimular a criação de famílias que tivessem, em seu seio, futuros trabalhadores “fortes, educados e sadios”,¹³⁰ a partir da noção de aprimoramento da raça e de noções “higiênicas” compatíveis com os referenciais de “civilização”, para a melhor produção do trabalho.

Concursos infantis para eleger os mais belos e fortes, separando-se a “beleza” para a menina e a “força” para o menino, além de determinar a finalidade do corpo para cada gênero, desenhavam o modelo a ser seguido na busca pelo aprimoramento do corpo e, por conseguinte, da raça:

¹³⁰ Idem, p. 93.



Jornal *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 07 de maio de 1940. p. 1.

Essa separação por gêneros estava também bem delineada no decreto de obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e juventude:

(...) Art. 2. A educação cívica visará a formação da consciência patriótica. Deverá ser criado no espírito das crianças e dos jovens, o sentimento de que a cada cidadão cabe uma parcela de responsabilidade pela segurança e pelo engrandecimento da pátria, e de que é dever de cada um **consagrar-se ao seu serviço com maior esforço e dedicação.**

Parágrafo único. **É também papel da educação cívica formar nas crianças e nos jovens do sexo masculino o amor ao dever militar, a consciência das responsabilidades do soldado e o conhecimento elementar dos assuntos militares,** e bem assim dar às mulheres o aprendizado das matérias que,

como a enfermagem, as habilitem a cooperar, quando necessário, na defesa nacional.

Art. 3. A educação moral visará a elevação espiritual da personalidade, para o que buscará inculcar nas crianças e nos jovens a confiança no próprio esforço, o hábito da disciplina, o gosto da iniciativa, a perseverança no trabalho, e a mais alta dignidade em todas as ações e circunstâncias.

Parágrafo único. A educação moral procurará ainda formar nas crianças e nos jovens de um e outro sexo os sentimentos e os conhecimentos que os tornem capazes da missão de pais e de mães de família. **Às mulheres dará de modo especial a consciência dos deveres que as vinculam ao lar, assim como o gosto dos serviços domésticos, principalmente dos que se referem à criação e à educação dos filhos (...)**¹³¹.

Essa divisão de responsabilidades e objetivos distinguindo homens e mulheres, com base na educação iniciada na infância, definia os papéis de cada um na sociedade, de forma que o propósito principal para ambos centrava-se na formação para o trabalho e na devoção patriótica. Essas noções serão potencializadas nas festividades cívicas, havendo nelas a ostensiva apresentação das atividades esportivas como forma de disciplinamento do corpo e de tentativa “de melhoria da raça”, a partir do referencial eugênico.

A realização da Parada da Juventude Brasileira durante as comemorações da Semana da Pátria evidenciava, assim, a preocupação com a formação não somente moral, mas também cívica e física da população. A Semana da Pátria foi uma das maiores festividades cívicas do Estado Novo e aproximou a escola da população, difundindo as noções de civismo e de culto patriótico como formadoras do cidadão ideal.

¹³¹ Decreto-Lei n. 2072, de 08 de março de 1940. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e juventude, fixa as suas bases e, para ministrá-la, organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. Fonte: Portal da Câmara dos Deputados. Coleção de Leis da República. (1931 a 1940). <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica/colecao5.html> (grifos meus)

Somente em 1945 é que as paradas dos escolares deixariam de ser organizadas pelo governo. Naquele ano, com a censura já rompida, evidenciou-se uma gama de críticas ao governo Vargas. Muitos opositores acusavam-no de ditador, igualando-o aos ditadores fascistas contra os quais o Brasil lutara na guerra. Muitos inimigos do governo aproveitaram o momento das festas cívicas para acusar o sistema inspirado pelo fascismo e discutir a futura eleição presidencial. A Juventude Brasileira foi extinta, mas as Paradas da Juventude continuaram a ser realizadas. As festas não perderam seu caráter de entusiasmo patriótico, mostrando os anseios dos vários grupos existentes por mudanças na política brasileira. Em 1945, ainda era possível ver o mesmo tom festivo da Parada da Juventude em Belo Horizonte, comemorando a fé no futuro do Brasil, agora livre das influências dos países nazi-fascistas:

(...) Alguns estabelecimentos de ensino da capital farão realizar amanhã brilhantes desfiles pela nossa avenida principal. A Parada da Juventude, como é conhecido o desfile de milhares de jovens, transforma-se sempre em brilhante comemoração cívica, à qual não faltam os aplausos da massa popular.

Neste ano, os colégios, escolas e grupos apresentarão novos e garbosos contingentes durante a Parada da Juventude. **Longe de se revestir do caráter totalitário observado em demonstrações análogas nos países do Eixo agora derrotados pelas democracias**, o desfile será uma bela afirmação de fé nos destinos do Brasil (...) ¹³².

Fica claro, então, que os discursos presentes nessa época expressavam contradições e lutas, estando longe de ser uníssonos. No entanto, os valores apregoados de patriotismo e civismo, nas festividades, apareciam igualmente

¹³² Jornal *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 05 de setembro de 1945. p.2. (grifo meu).

valorizados pelos grupos oponentes, mostrando como esses valores têm ressonância no universo cultural coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As festividades do Dia do Trabalho e da Semana da Pátria incluíram, nos diversos espaços sociais, momentos de exaltação patriótica e de propaganda política durante o Estado Novo. A escola, na Festa da Semana da Pátria, foi alvo fundamental dos investimentos do governo e teve, na valorização da celebração da proclamação da Independência, um instrumento útil para o projeto de construção da nação no cotidiano escolar e no ensino. Essa comemoração projetou um investimento maciço, na escola, das idéias de civismo, sacrifício e trabalho, intensificando o envolvimento dos atores sociais da infância e juventude. Ao ser exteriorizada, por meio das paradas e desfiles comemorativos da data, a escola era apresentada como um modelo de educação para a nação. Isso também evidencia o movimento de aproximação da escola com outros grupos sociais, justamente para servir como modelo de uma geração nova, agindo também na educação daqueles que não estavam presentes no universo escolar. O evento histórico da proclamação da Independência reforçou por meio da história, as idéias de unidade, patriotismo e nacionalismo. O discurso de nação una, sem conflitos e trabalhadora, seria, assim, legitimado.

A Festa do Dia do Trabalho, que tinha como público-alvo privilegiado os sindicatos e os trabalhadores, também envolveu a participação da escola. Mesmo mais diluída no que diz respeito à sua participação pública nas comemorações, a escola foi palco de uma ação pedagógica intensa, voltada para difusão das idéias de trabalho conforme as diretrizes do regime. Essa ação tinha como objetivo a construção de uma cidadania do trabalho, para toda a Nação, e que fosse iniciada na infância. A circulação de materiais didáticos e

extra-didáticos, que valorizavam o patriotismo e o trabalho, indica a importância da participação da escola nos investimentos do governo.

As idéias de intolerância registradas no discurso autoritário fizeram-se presentes no universo escolar e puderam ser analisadas nas fontes escolares e extra-escolares. A riqueza das fontes, nesse aspecto, inspira a continuação deste trabalho, na perspectiva comparada, que considere situações semelhantes naquele período, em países que vivenciaram regimes autoritários. A percepção da circulação de materiais e de ações, pela comparação, irá certamente enriquecer a análise, que ganharia uma visão mais profunda e ao mesmo tempo, mais ampla, das experiências destes sujeitos históricos.

A pesquisa permitiu também a constatação de quanto o universo religioso é fundamental para se compreenderem as relações das práticas envolvendo os âmbitos político e educacional. Os discursos presentes nas comemorações do Dia do Trabalho e da Independência e nas práticas educativas a elas relacionadas, durante o Estado Novo, estavam marcados pelas bases religiosas, construindo a relação política-religião-cultura.

A presença de elementos religiosos e políticos retrata como nas práticas educativas do período, por meio das comemorações cívicas, valores eram disseminados e reforçados junto ao público escolar. Esse envolvimento fazia da criança elemento a ser valorizado perante toda a sociedade.

A pesquisa realizada indicou uma possibilidade que, infelizmente, não foi possível concretizar nesta dissertação: o uso dos depoimentos orais como fonte. Alguns depoimentos de pessoas que foram alunas da escola primária no período foram cogitados como fontes. Porém, pelo tempo de realização do mestrado e pela necessidade de concentrar o trabalho nas outras fontes,

levantadas em grande número, não foi possível propor uma análise teórica e empírica consistente para o uso de depoimentos orais. Por isso essa possibilidade fica para um trabalho futuro, que me indica caminhos de olhar, mais de perto, a experiência dos sujeitos históricos, no confronto com o discurso e a ação oficiais no quadro das festividades cívicas. É um dos meios, pela memória, de compreender a apropriação dos discursos, por meio de experiências individuais e coletivas. Também é uma forma de demonstrar que o discurso sobre o uno, embora eficaz, não é capaz de silenciar experiências diferenciadas e conflitos.

ANEXOS

Decreto Lei nº 868, de 18 de novembro de 1938 – Cria, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário

O presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica criada, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário, que se comporá de sete membros, escolhidos pelo Presidente da República, dentre pessoas notoriamente versadas em matéria de ensino primário e consagradas ao seu estudo, ao seu ensino ou à sua propagação.

Art. 2º. Compete à Comissão Nacional de Ensino Primário:

- a) organizar o plano de uma campanha nacional de combate ao analfabetismo, mediante a cooperação de esforços do Governo Federal com os governos estaduais e municipais e ainda com o aproveitamento das iniciativas de ordem particular;
- b) definir a ação a ser exercida pelo Governo Federal e pelos governos estaduais e municipais para o fim de nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira;
- c) caracterizar a diferenciação que deve ser dada ao ensino primário das cidades e das zonas rurais;
- d) estudar a estrutura a ser dada ao currículo primário bem como as diretrizes que devem presidir a elaboração dos programas do ensino primário;
- e) opinar sobre as condições em que deve ser dado nas escolas primárias o ensino religioso;
- f) indicar em que termos deve ser entendida a questão da obrigatoriedade do ensino primário;
- g) estudar a questão da gratuidade do ensino primário, opinando sobre as contribuições com que as pessoas menos necessitadas são obrigadas a concorrer para as caixas escolares, bem como sobre o destino a ser dado ao produto destas contribuições;
- h) estudar a questão da preparação, da investidura, da remuneração e da disciplina do magistério primário de todo o país.

Art. 3º. A Comissão Nacional de Ensino Primário escolherá o seu presidente, o qual lhe dirigirá os trabalhos, como delegado do Ministro da Educação e Saúde, nas sessões a que este não comparecer.

Art. 4º. A Comissão Nacional de Ensino Primário terá caráter permanente e se reunirá obrigatoriamente pelo menos uma vez em cada mês.

Parágrafo único. Até que, a juízo do Ministro da Educação e Saúde, estejam concluídos os trabalhos de preliminar definição de todos os pontos consignados nos itens do art. 2º desta lei, reunir-se-á a Comissão Nacional do Ensino Primário duas vezes por semana quando menos.

Art. 5º. Aos membros da Comissão Nacional de Ensino Primário, se residentes no Distrito Federal, se pagarão diárias de trinta mil réis. Aos que residirem fora do Distrito Federal serão pagas diárias de cem mil réis, além de ajudas de custo equivalentes aos preços das passagens.

Parágrafo único. Aos membros que forem funcionários públicos, não serão contadas, para nenhum efeito, as faltas que derem ao seu serviço, por motivo de comparecimento aos trabalhos da Comissão Nacional de Ensino Primário.

Art. 6º. O Ministro da Educação e Saúde designará um dos funcionários efetivos do seu Ministério para executar o expediente da Secretaria da Comissão Nacional de Ensino Primário.

Art. 7º. O dia das sessões, a duração delas e a ordem de seus trabalhos constituirão matéria regimental.

Art. 8º. As despesas decorrentes da execução desta lei, no corrente exercício, correrão por conta dos recursos constantes da sub-consignação 41 da verba 3 do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 9º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

Getúlio Vargas

Gustavo Capanema

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados – 1931/1940

<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica/colecao5.html>

ICONOGRAFIA



Imagens de trabalhadores eram muito comuns nos livros de leitura para o ensino primário, nas lições que difundiam as noções de trabalho.

SANTOS, Máximo de Moura. *O pequeno escolar*. 4º Livro. 33ªed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. p. 30.



Tiradentes – de Rubens.

Como no desenho acima, feito por uma criança, Tiradentes era um dos personagens históricos mais desenhados para o suplemento infantil.

Suplemento infantil. Jornal *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 09 de janeiro de 1938. p. 4.



O chanceler por Altamiro de Oliveira, de 8 anos, Belo Horizonte.

Os desenhos enviados pelas crianças retratavam, muitas vezes, a influência do contexto político, em âmbito mundial. Desenho de Adolf Hitler.

Suplemento infantil. Jornal *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 23 outubro de 1938. p. 4.



Líderes da Europa, por Carlos Rosa, Belo Horizonte.

As caras “feias” de Adolf Hitler e Benito Mussolini retratadas por uma criança, em desenho.

Suplemento infantil. Jornal *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 02 de julho de 1939. p. 4.



Homenagem aos soldados do Corpo Expedicionário. Desenho de João N. Taveira.

A partir de 1944, o suplemento infantil retorna e nele, as lições e homenagens centram-se nos soldados e generais de guerra.

Suplemento infantil. Jornal *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 27 de agosto de 1944. p. 7.
(microfilme)



“O Governo de Minas em contato com as crianças e a mocidade das escolas”

Eram comuns durante as festividades cívicas da Semana da Pátria fotos de crianças, jovens, professoras da Escola Normal, sempre em destaque.

Jornal *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 07 de setembro de 1938. p. 1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e artigos

ABREU, Martha. *O Império do Divino*. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro. 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.

_____. & SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Perspectivas do Homem, 1991.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. vol. 5, 1985.

BARRET-DUCROCQ, Françoise (dir.). *L'intolérance*. Forum international sur l'intolérance. Paris: Bernard Grasset, 1997.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma História do saber escolar*. São Paulo/SP: USP, 1993. (Tese de doutorado).

_____. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de História nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo: Loyola, 1990.

BOMENY, Helena. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena*. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

_____. Estado Novo: Novas Histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 183-213.

_____. A propaganda política no varguismo e no peronismo: aspectos teórico-metodológicos de uma análise sobre História Política. HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES. v. 14. n. 26/27. Curitiba: UFPR, 1997. p. 196-218.

_____. *Os arautos do liberalismo – Imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CÀRDENAS, María Cristina et. al. Historia de la Educación. *Procesos – revista ecuatoriana de historia*. nº 13. Quito: Corporation Editora Nacional, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papyrus, 2000. (Coleção Textos do Tempo).

_____. & VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1982. 585p.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. *A Escola e a República*. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 86p.

CHAMON, Carla Simone. *Festejos Imperiais – festas cívicas em Minas Gerais 1815/1845*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

_____. O cenário da festa. Festa cívica em Minas Gerais no século XIX. VARIA HISTÓRIA. nº 19. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1998. p. 183-204.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CUNHA, Célio da. *Educação e Autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Autores Associados; Cortez Editora, 1981. 176p

CODATO, Adriano Nervo (editor). REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA – Estado Novo (1937-1945). nº. 09. Curitiba, PR: Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, 1997. 227p.

COELHO, Hercídia Mara Facuri. Estado Novo, Festa e Memória. REVISTA HISTÓRIA. São Paulo: Universidade Estadual Paulista. v. 14, 1995. p. 97 – 109.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário*. Imaginário político no Brasil nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org). *Modos de ler, formas de escrever: estudos de História da Leitura e da Escrita no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular 1930-45*. Rio de Janeiro: FGV, 1997

FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano*. vol. 8, 9, 10 e 11. São Paulo: Difel, 1975-1984.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. *Da Infâmia ao Altar da Pátria*. Memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. (Tese de Doutorado).

_____. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 120p.

_____. A Inconfidência Mineira e o 21 de abril: discursos e representações. ATAS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DIMENSÕES DA HISTÓRIA CULTURAL. Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 1999. p. 56 – 65.

_____. O livro didático de História: lugar de memória e formador de identidades. HISTÓRIA: FRONTEIRA – XX SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH. vol. 01. Florianópolis/SC: Humanitas/FFLCH/USP, 1999. p. 201-212.

_____. *Festas cívicas e universo cultural*. Minas Gerais no século XIX. Tiradentes, MG: IV Congresso Internacional Mediadores Culturais, 2001.

_____ & VEIGA, Cynthia G. (org.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. *Representações e imaginário na pesquisa sobre o ensino de História: perspectivas para um estudo comparado*. Belo Horizonte: VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Ensino de História: UFMG, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988

_____. Ângela de Castro. *História e Historiadores*. A política cultural do Estado Novo. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. 220 p.

_____. *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000.

_____. A “Cultura Histórica” do Estado Novo. PROJETO HISTÓRIA. Cultura e Trabalho. nº 16. São Paulo: EDUC, 1998. p. 121-166.

GONDRA, José Gonçalves (org). *Pesquisa em História da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HÉBRARD, Jean. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. TEORIA & EDUCAÇÃO. Porto Alegre, nº 02, 1990. p. 65-110.

HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLLANDA, Guy de. *Um quarto de século de programas e compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro – 1931-1956*. Série IV. vol. 1. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1957. 292p.

HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*. n. 01. Campinas/SP: Sociedade Brasileira de História da Educação: Editora Autores Associados, 2001.

JUNIOR, Moysés Kuhlmann. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001. 262p.

LAMBERT, Hercília Maria Facuri Coelho. Festa e participação popular (São Paulo – início do século XX). *História*. São Paulo, n. 13, 1994. p. 121-129.

LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *História Política da República: coletânea de ensaios inéditos comemorativos do centenário da República*. Campinas, SP: Papyrus, 1990. 214p. (Coleção Tempo & Memória, vol. II)

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2 ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1986.

LOPES, Eliane Marta Teixeira et. al. (orgs.). *500 Anos de História da Educação no Brasil*. Belo Horizonte/MG: Editora Autêntica, 2000. (Coleção Historial, 6).

_____. *Perspectivas Históricas da Educação*. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MARQUES, Rita de Cássia. A Igreja no Estado Novo: Tempos de Colaboração e Intolerância. In: *CADERNO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS*. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva. Ano IV. nº 07, 1996. p. 75 – 85.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. In: *LPH: Revista de História*, n. 6, 1996.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. In: *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Quarto Gallimard, 1997.

NUNES, Clarice. História da Educação Brasileira: novas abordagens de velhos objetos. *TEORIA & EDUCAÇÃO*. n.6, 1992.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi et al. *Estado Novo. Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OZOUF, Mona. *La fête révolutionnaire (1789-1799)*. Paris: Gallimard, 1976.

PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala – origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 231p.

PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. *Educação e Estado Novo em Minas Gerais*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. *Educação no Brasil anos vinte*. São Paulo: Loyola, 1983. 180 p.

PÉLASSY, Dominique. *Le signe nazi*. Paris, Fayard, 1983. Apud Capelato, 1998.

PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PEREIRA, Júnia Sales. *A escultura da raça*. Juventude e eugenia no Estado Novo. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1999. p. 20 (Dissertação de Mestrado).

PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RAYNAUD, Philippe. La commémoration: illusion ou artifice? LE DÉBAT, nº 78, jan/fev, 1994. p. 104-115.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil*. De Varnhagen a FHC. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996. 472p.

REZNIK, Luis. *Tecendo o amanhã: a História do Brasil no ensino secundário – programas e livros didáticos. 1931 a 1945*. Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense, 1992. 284p. (Dissertação de mestrado).

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da Educação Brasileira – a organização escolar*. 17 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago Ed, 1989. (tradução Maria de Lourdes Menezes).

RODRIGUES, Arlindo Gonçalves. *Educação cívica e instrução pública: do “ultimatum” aos primórdios do Estado Novo*. Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, 1998.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 23 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (orgs). *História e História da Educação: o debate teórico-metodológico atual*. Campinas, SP: Autores Associados/HISTEDBR, 1998.

SCHEMES, Cláudia. *Festas Cívicas e Esportivas no Populismo: um estudo comparativo dos governos Vargas (1937 – 1945) e Perón (1946-1955)*. São Paulo: USP, 1995. (Dissertação de mestrado).

SCHWARCZ, Liliam. M. Os Institutos Históricos e Geográficos: “Guardiões da História Oficial”. In: *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 99-140.

SCHWARTZMAN, Simon et. al. *Tempos de Capanema*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SILVA, Marinete dos Santos Silva. *A Educação Brasileira no Estado Novo (1937/1945)*. São Paulo: Editorial Livramento, 1980. 61 p.

SIMAN, Lana Mara de Castro & FONSECA, Thais Nívia de Lima e (orgs.). *Inaugurando a História e Construindo a Nação*. Discursos e imagens no ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SMITH, Anthony D. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradativa, 1997. p. 31.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 9ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 1988. 512p.

SOUSA, Cynthia Pereira de (org). *História da educação: processos, práticas e saberes*. São Paulo: Escrituras, 1998.

SOUZA, Rosa de Fátima. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, Marcus Vinícius da (org.). *Ideário e imagens da educação escolar*. Campinas: Autores Associados, 2000. p. 3-28.

VAGO, Tarcísio Mouro. *Cultura Escolar, cultivo de corpos: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. 370p.

VALDEMARIN, Vera Teresa & SOUZA, Rosa Fátima de (orgs). CADERNOS CEDES. *Cultura Escolar: história, práticas e representações*. Ano XIX. nº 52. Campinas, SP: Centro de Estudos Educação e Sociedade, 2000.

VAZ, Aline Choucair. *Festas cívicas no Estado Novo: rituais de poder no imaginário mineiro (1937-1945)*. SOARES, Astréia (org.). INICIAÇÃO CIENTÍFICA NEWTON PAIVA 2000/2001. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 2002. p. 151-171.

VEIGA, Cynthia Greive & FARIA, Luciano Mendes de. *Infância no sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VIDAL, Diana Gonçalves & HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Tópicos em História da Educação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. & SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de (orgs.). *A memória e a sombra*. A escola brasileira entre o Império e a República. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. & FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *As lentes da história*. Estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2005.

WARDE, Mirian Jorge. Contribuições da História para a Educação. EM ABERTO. n.47, 1990.

Discursos de ideólogos

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional e outros ensaios*. Brasília: Câmara dos Deputados – Centro de Documentação e Informação, 1983. 267p. (Biblioteca do Pensamento Político Republicano, vol. 20).

Livros de leitura e cartilhas

BARROSO, Alfredo. *Getúlio Vargas para crianças*. Volume especial. Rio de Janeiro: Empresa de Publicações Infantis LTDA, 1942. 112 p. (Ilustração: Fernando Dias da Silva).

BILAC, Olavo; NETTO, Coelho. *A Pátria Brasileira – educação moral e cívica*. 17.ed. São Paulo; Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Francisco Alves, 1924. p. 228-231.

_____. *Contos Pátrios*. Educação Moral e Cívica. 33 ed. SP: Livraria Francisco Alves, 1940.

BOSCO, Dom Pe (org). *Quarto livro de leitura*. 9.ed. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1944.

CELSO, Afonso. *Porque me ufano do meu país*. 12.ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1943. p. 09-11.

COSTA, Nelson. *Primeiro livro de leituras brasileiras*. 22.ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte: Francisco Alves, 1941. p. 55-57; 92-93. (para o uso de crianças).

_____. *Terceiro livro de leituras brasileiras*. 3.ed. Rio de Janeiro; Belo Horizonte; São Paulo: Francisco Alves, 1942. p. 27-28; 102-104. (Para o uso de crianças).

FONTES, Ofélia & FONTES, Narbal. *Companheiros* – História de uma cooperativa escolar. 4^o ed. São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1945.

LAGES, P. Antônio. *Quarto Livro de Leitura*. 9 ed. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas; Livraria Salesiana Editora, 1944.

LIMA, Hildebrando. *Nosso Brasil*. 32 ed. SP: Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941.

KÖPKE, João. *Primeiro livro de leituras morais e instructivas*. 84.ed. Rio de Janeiro; Belo Horizonte; São Paulo: Francisco Alves, 1937. Série Rangel Pestana. (Para o uso das escolas primárias).

_____. *Histórias de meninos de rua e da escola*. 2^o Livro. 10 ed. SP: Livraria Francisco Alves, 1943.

MARTINS, Deolinda de Almeida et al. *Minha leitura*. Livro do aluno. 9 ed. RJ: SP, BH: Livraria Francisco Alves, 1942.

PINTO, Alfredo Clemente. *Selecta em prosa e verso nos melhores auctores brasileiros e portugueses*. 26.ed. Porto Alegre: Selbach, 1913. p. 295-296.

RIBEIRO, Hilário. *Novo segundo livro de leitura*. 167 ed. SP: Livraria Francisco Alves, 1944.

RICCHETTI, Henrique. *Infância*. 25.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 24-26; 114-115. vol. 1. (Série Olavo Bilac).

SANTOS, Máximo de Moura. *O pequeno escolar*. 4^o Livro. 33^oed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. p. 09-11 (para o último ano dos grupos escolares e admissão aos ginásios).

SILVA, J. Pinto. Meus deveres. *Educação Cívica e Moral no Terceiro Ano Preliminar*. 18 ed. SP: Companhia Editora Nacional, 1938.

A Juventude no Estado Novo – texto do Presidente Getúlio Vargas extraído de discursos manifestos e entrevistas na imprensa.

Jornais

Estado de Minas – 1937 a 1945 (meses maio e setembro)

Folha de Minas – 1937 a 1945 (janeiro a dezembro)

Revistas

Revista da Associação dos Professores Primários de Minas Gerais – Educando – números 26 e 27 – ano: 1943

Hinários. Ano: 1944. Biblioteca do Centro de Referência do Professor

Legislação

- **Reforma de Ensino Francisco Campos; Criação da Comissão Nacional de Ensino Primário; Obrigatoriedade do ensino de educação física e cívico patriótico – criação da Juventude Brasileira; Reforma de Ensino Gustavo Capanema e Reforma do Ensino Primário em 1946:**

Decreto-Lei n. 19.850, de 11 de abril de 1931

Decreto-Lei n. 19851, de 11 de abril de 1931

Decreto-Lei n. 19.852, de 11 de abril de 1931

Decreto-Lei n. 19.890, de 18 de abril de 1931

Decreto-Lei n. 20.158 de 30 de junho de 1931

Decreto-Lei n. 21.241, de 14 de abril de 1932

Decreto-Lei n. 868, de 18 de novembro de 1938

Decreto-Lei n. 2072, de 08 de março de 1940

Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942

Decreto-Lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942

Decreto-Lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942

Decreto-Lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943

Decreto-Lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946

Decreto-Lei n. 8530, de 2 de janeiro de 1946

Decreto-Lei n. 8621, de 10 de janeiro de 1946

Decreto-Lei n. 8622, de 10 de janeiro de 1946

Decreto-Lei n. 9613, de 20 de agosto de 1946

Arquivos virtuais

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

Portal da Câmara dos Deputados – 1931/1940

Site do Clube Desportivo Cruzeiro (história do Clube)